

EDITAL
PROCESSO Nº 191/2023
PREGÃO PRESENCIAL Nº 061/2023

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

1. PREÂMBULO

1.1 O Município de Porto Murtinho Estado de Mato Grosso do Sul, com sede na Rua Pedro Celestino s/n, Centro, por intermédio de seu Pregoeiro designado pela Portaria nº 011 de 05 de Janeiro de 2023, torna público para interessados a abertura **do Processo Licitatório nº 191/2023**, na Modalidade de **Pregão Presencial nº 061/2023**, do Tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**” regido pela Lei Federal nº 10.520, de 17.07.2002, Lei Complementar nº 123/2006, Decreto Municipal nº 3.793/2008, subsidiariamente pela Lei Federal 8.666, de 21.06.1993 com as alterações posteriores e demais condições fixadas neste instrumento convocatório. Toda a legislação supramencionada encontra-se à disposição na Sala da Comissão de Licitações para consulta de quaisquer interessados.

1.2. Os trabalhos serão conduzidos pelo Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Porto Murtinho/MS: a) Julio Cesar Corrêa Junior e Equipe de Apoio: Paloma Medina Leon, Josely Tavares e Fabio Gonzalez Antunes, designados pela Portaria nº 011/2023 de 05 de janeiro de 2023.

Data de entrega e abertura dos envelopes: **20 de dezembro de 2023 – às 08h:00min Endereço: Anexo Administrativo (Rua Pedro Celestino, s/n, Centro, neste Município de Porto Murtinho - MS).**

1.3 Na hipótese de não haver expediente ou ocorrer qualquer fato superveniente que impeça a realização da sessão pública na data prevista, fica a mesma adiada para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo local e horário anteriormente estabelecido desde que não haja comunicação em contrário.

1.4 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a Sessão Pública observarão obrigatoriamente o horário de Porto Murtinho - MS.

Anexo I – Minuta de Contrato

Anexo II – Modelo de Credenciamento;

Anexo III – Modelo de Procuração;

Anexo IV – Modelo de Declaração Requisitos de Habitação;

Anexo V - Declaração do Contador – Lei 123/06 ME ou EPP;

Anexo VI– Declaração.

Anexo VII– Termo de Referência

Anexo VIII – Proposta de Preços;

Anexo IX - Declaração de Elaboração Independente de Proposta e Atuação Conforme ao Marco Legal Anticorrupção

Anexo X - Modelo de Declaração de Sustentabilidade Ambiental

Anexo XI - Declaração de que Conhece e Aceita o Teor do Edital e dos seus Anexos.

2. DO OBJETO

2.1. A presente licitação tem como objeto a **Contratação de empresa especializada em tecnologia da informação para o FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO DE SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE SAÚDE WEB/LOCAL SIMULTANEAMENTE**, totalmente integrado com os sistemas do Ministério da Saúde, ESUS, BPA, AIH, RAAS, SPNI, RNDS e TFD, com prontuário eletrônico integrado entre as unidades de saúde e a secretaria municipal, podendo trabalhar via intranet e internet, com servidor local ou em nuvem, com serviços de implantação, customização, manutenções preventivas, corretivas, adaptativas e evolutivas, suporte técnico, treinamento e assessoria pontuais, conforme condições, descrições, quantidades, exigências estabelecidas no Termo de Referência, por um período de 12 meses.

2.2. Os serviços contratados deverão atender às exigências descritas no Termo de Referência, bem como atender às exigências no que diz respeito aos prazos de prestação e de controle de qualidade e as prescrições contidas no art. 39, VIII da Lei Federal no 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor e nos seus demais dispostos.

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1 Poderão participar do certame licitatório todas as Empresas interessadas comprovadamente do ramo correlacionado ao objeto desta licitação e que satisfaçam as condições exigidas no presente edital e seus anexos, parte integrante deste Edital.

3.1.1 As licitantes que comprovarem o enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 123/06, terão tratamento diferenciado das demais, consoante disposições constantes nos arts. 42 a 45 do mesmo diploma legal.

3.2 Não poderão concorrer neste **PREGÃO**, licitantes que se enquadrem nas situações a seguir:

3.2.1. Estejam, sob falência, **recuperação judicial**, concurso de credores, dissolução, liquidação ou tenham sido suspensas de participar em licitação, e/ou declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública;

3.2.2.1. No caso de recuperação judicial, não será vedada, desde que apresente certidão emitida pela instância judicial competente, certificando sua aptidão econômica e financeira para participar do presente procedimento licitatório. (Acórdão TCU nº 8.271/2011 – 2ª Câmara)

3.2.2. O servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante, ou de responsáveis pela licitação.

3.2.3. Que tenham em seu quadro empregados menores de 18 (dezoito) anos efetuando trabalho noturno, perigoso ou insalubre, ou, ainda, empregados com idade inferior a 16 (dezesesseis) anos efetuando qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, e isso a partir dos 14 (quatorze) anos;

3.2.4. Licitantes cujo objeto social ou atividade econômica não seja pertinente e compatível com o objeto deste **PREGÃO**.

3.3. As licitantes deverão apresentar, na data e horário previstos no preâmbulo deste edital, 02 (dois) envelopes devidamente fechados, contendo no envelope nº 1 - sua proposta comercial, e no envelope nº 2 a documentação comprobatória da habilitação solicitada, sendo que, ambos deverão conter, na parte externa, além da razão social, CNPJ, endereço e telefone, os seguintes dizeres:

**ENVELOPE "I" – PROPOSTA DE PREÇO
MUNICÍPIO DE PORTO MURTINHO – MS
PREGÃO PRESENCIAL Nº xxx/2023
(RAZÃO SOCIAL DO LICITANTE)**

**ENVELOPE "II" – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO
MUNICÍPIO DE PORTO MURTINHO – MS
PREGÃO PRESENCIAL Nº xxx/2023
(RAZÃO SOCIAL DO LICITANTE)**

4. DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

4.1 O Pregoeiro declarará aberta à sessão, oportunidade em que não mais aceitará novos proponentes, **dando início** ao Credenciamento onde o proponente deverá se apresentar para credenciamento junto ao Pregoeiro por meio de um representante que, devidamente munido de documento que o credencie a participar deste procedimento licitatório, venha a responder por sua representada, devendo, ainda, no ato de entrega dos envelopes, identificar-se exibindo a cópia da **Carteira de Identidade** ou outro documento equivalente, conforme o disposto no Acórdão 2036/2022 – Plenário, do Tribunal de Contas da União, não se faz necessária a apresentação dos documentos originais, cópias autenticadas ou cópias acompanhadas dos originais, caso exista alguma dúvida quanto à veracidade dos documentos o Pregoeiro(a) promoverá diligência para verificação das informações.

4.1.1. No caso de **diretor, sócio ou proprietário** da empresa licitante que comparecer no local, **deverá comprovar a responsabilidade por meio da apresentação de Registro comercial** no caso de Empresa Individual; **Ato constitutivo, estatuto ou contrato social** em vigor e alterações subsequentes, devidamente registrados no caso de Sociedade Comercial; **Inscrição do ato constitutivo e alterações**, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, em

exercício no caso de Sociedade por Ações; **Inscrição do ato constitutivo e alterações no registro civil das pessoas jurídicas**, acompanhada de prova da diretoria em exercício no caso de Sociedade Civil; **Decreto de autorização, e ato de registro ou autorização para funcionamento**, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir no caso de Empresa ou Sociedade Estrangeira em funcionamento no Brasil; **Estatuto Social** em vigência no caso de Cooperativas e; **Certificado da Condição de Microempreendedor Individual** – CCMEI para MEI;

4.1.2. Tratando-se de **procurador deverá apresentar instrumento público ou particular de procuração (modelo ANEXO III)**, com firma reconhecida em cartório, com poderes expressos para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome da proponente, **acompanhado do correspondente documento, dentre os indicados no subitem acima, que comprove os poderes do mandante para a outorga.**

4.1.3 Para efeito de atendimento dos itens 4.1.1 ou 4.1.2 o contrato social deverá vir acompanhado de todas as alterações, se houver, dispensado-se o mesmo for consolidado, devidamente registrado, em se tratando de sociedade comercial, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

4.1.4 Sendo o caso, a licitante deverá apresentar **Declaração assinada pelo contador da empresa**, sob as penas da Lei, de que cumpre os requisitos legais para qualificação como Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual, estando apta a usufruir do tratamento favorecido da Lei Complementar 123/2006, em separado dos envelopes “PROPOSTA DE PREÇOS” e “HABILITAÇÃO”.

4.2. Não haverá credenciamento no caso de apresentação de Instrumento público de procuração ou instrumento particular sem poderes específicos para formular ofertas e lances de preços, desistir de recurso ou interpor-lo, bem como praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, inclusive para ofertar nova proposta, quando for o caso.

4.3. As microempresas e as empresas de pequeno porte, nos termos do art. 72 da Lei Complementar nº 123/06 e devido à necessidade de identificação pelo (a) **Pregoeiro (a)**, deverão credenciar-se acrescidas das expressões “ME” ou “EPP” à sua firma ou denominação e apresentar a **CERTIDÃO SIMPLIFICADA**, expedida pela Junta Comercial ou a **DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO** validada pela Junta Comercial, emitida nos 60 (sessenta) dias, imediatamente anteriores à data prevista para o recebimento dos envelopes contendo “proposta” e “documentação”; e, os Microempreendedores Individuais deverão apresentar o **CERTIFICADO DA CONDIÇÃO DE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL** emitido nos 60 (sessenta) dias, imediatamente anteriores à data prevista para o recebimento dos envelopes contendo “proposta” e “documentação”.

4.3.1. A consulta de optante pelo Simples Nacional não substitui a Certidão ou Declaração da Junta Comercial.

4.3.2. A Certidão Simplificada ou a Declaração de Enquadramento, assim como o Certificado da Condição de Microempreendedor Individual, deverão ser apresentados fora do envelope de proposta e documentação, o qual deverá ser entregue ao (a) Pregoeiro (a) para que a empresa usufrua dos benefícios da Lei nº 123/06 e participe dos itens exclusivos e/ou reservados.

4.3.3. O credenciamento da licitante como Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP) ou Microempreendedor Individual (MEI) somente será procedida pelo Pregoeiro se o interessado comprovar tal situação jurídica através da Certidão Simplificada ou a Declaração de Enquadramento (ME e EPP) e Certificado da Condição de Microempreendedor Individual (MEI).

4.3.4. O descumprimento da lei, sem prejuízo das sanções cabíveis, não acrescentando ao nome credenciado as extensões ME ou EPP gerará o impedimento de usufruir dos benefícios e ofertar proposta para itens exclusivos e com reserva de cota.

4.3.5. A responsabilidade pela comprovação de enquadramento como “ME”, “EPP” e “MEI” compete às empresas licitantes, representadas por seu proprietário ou sócios e pelo contador que, inclusive, se sujeitam a todas as consequências legais que possam advir de um enquadramento falso ou errôneo.

4.3.6. A falsidade da declaração prestada objetivando os benefícios da Lei Complementar nº123 caracteriza o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e da sanção prevista neste edital.

- 4.4. O representante poderá ser substituído por outro devidamente cadastrado;
- 4.5. É vedado a qualquer participante representar mais de uma empresa licitante, salvo, nos casos de representação para itens distintos.
- 4.6. A não apresentação ou a não incorporação do documento de credenciamento não inabilitará a licitante, mas impedirá o representante de manifestar-se e responder pela mesma.
- 4.7. Caso a proponente não compareça, mas envie toda a documentação necessária dentro do prazo estipulado, participará do Pregão com a primeira proposta apresentada quando do início dos trabalhos, devendo estar ciente que estará renunciando a fase de lance, de negociação e a interposição de recursos.

5. DA SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA DO PREGÃO:

5.1. Após o encerramento do Credenciamento e identificação dos representantes das Empresas proponentes, o (a) Pregoeiro (a) declarará aberta à sessão, oportunidade em que não mais aceitará novos proponentes, **dando início:**

5.1.1. Ao recebimento da Declaração do **ANEXO IV** Declaração dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos de Habilitação;

5.1.2. E ao recebimento dos **ENVELOPES** contendo a Proposta de Preço e os Documentos de Habilitação.

(Essa Declaração deverá estar fora do envelope “I”, “II”)

5.2. Em sendo o caso, a declaração (**ANEXO IV**) acima poderá ser providenciada e estará à disposição para assinatura dos representantes legais por ocasião da abertura da sessão.

5.3. Objetivando-se a celeridade do processo, o valor mínimo de um lance para o outro **poderá** ser acordado antes do início dos lances entre as licitantes e o (a) Pregoeiro (a).

5.4. Após o (a) Pregoeiro (a) declarar encerrado o prazo para entrega dos envelopes, nenhum outro poderá ser recebido.

5.5. Conceder-se-á vistas e rubricas, pelo (a) Pregoeiro (a), pela Equipe de Apoio e pelos representantes das empresas participantes, em todas as propostas, nos documentos de habilitação do vencedor e nos envelopes de habilitação remanescentes.

5.6. O (a) Pregoeiro (a) providenciará a devolução dos envelopes “Documentos de Habilitação” dos licitantes remanescentes, à exceção dos relativos aos 2º e 3º classificados na ordem crescente, que ficarão retidos até assinatura do Contrato pela licitante vencedor.

5.7. No caso da sessão do Pregão, em situação excepcional, vir a ser suspensa antes de cumpridas todas as fases, os envelopes, devidamente rubricados no fechamento, ficarão sob a guarda do (a) Pregoeiro (a) e serão exibidos, ainda lacrados e com as rubricas, aos participantes, na sessão marcada para o prosseguimento dos trabalhos.

5.8. A participação na licitação importa total e restrita submissão dos proponentes às condições deste Edital.

6. PROPOSTA COMERCIAL – ENVELOPE N.º 1

6.1. A proposta deverá conter a especificação detalhada do objeto oferecido, rigorosamente de acordo com as exigências constantes deste edital e anexos, de forma clara e detalhada, não se admitindo propostas alternativas, atendendo aos seguintes requisitos:

- a)** A proposta poderá ser apresentada de duas formas: via impressa e/ou via digital (**PEN DRIVE**).

b) Estar datilografada ou impressa por processo eletrônico, em 01 (uma) via em papel timbrado da licitante, redigida em língua portuguesa, em linguagem clara, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, devidamente datada, assinada a última folha e rubricada as demais.

b.1) O arquivo eletrônico da proposta estará disponível no site:
<http://download.betha.com.br/versoesdisp.jsp?s=33&rdn=270417102446>

OBS: OBSERVAÇÃO BAIXAR ÚLTIMA VERSÃO.

c) As licitantes deverão obrigatoriamente indicar a **marca** dos equipamentos do objeto a ser cotado quando necessário, sob pena de desclassificação do (s) item(s) das propostas não identificadas, não sendo admitidas duas ou mais marcas para o mesmo item.

d) Preço unitário e total do item cotado, sem conter alternativas de preço ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado. Os preços deverão ser expressos em numeral e em moeda corrente do país.

e) Prazo de validade que deverá ser de 60 (sessenta) dias a contar da data de sua apresentação;

f) A razão social do licitante, o endereço completo, número de inscrição no CNPJ, o número do telefone e e-mail, quando houver, bem com o número de sua conta corrente, o nome do banco e a respectiva agência onde deseja receber os seus créditos;

6.2 A licitante somente poderá retirar sua proposta mediante requerimento escrito ao pregoeiro, antes da abertura do respectivo envelope, desde que caracterizado motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.

6.3 Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração dos mesmos, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.4 A omissão de qualquer despesa necessária à perfeita realização do objeto deste será interpretada como não existente ou já incluídas nos preços, não podendo a licitante pleitear acréscimo após a abertura das propostas.

6.5 Nos preços cotados deverão estar incluídas todas as despesas necessárias à execução do objeto desta licitação sem qualquer ônus para a Prefeitura Municipal de Porto Murtinho/MS, tais como fretes, tributos, encargos sociais e previdenciários.

6.6 O pregoeiro poderá, no julgamento das propostas, desconsiderar evidentes falhas formais sanáveis e que não afetem o seu conteúdo.

7. DO JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

7.1. Para o julgamento das propostas escritas será considerado o **MENOR PREÇO GLOBAL**.

7.2. O Pregoeiro classificará o autor da Proposta de **MENOR PREÇO** e aqueles que tenham apresentado Propostas em valores sucessivos ou superiores em até 10% (dez por cento), para participarem dos lances verbais.

7.2.1 Não havendo pelo menos 3 (três) propostas de preços na condição definida no subitem anterior, serão selecionadas as propostas que apresentarem os menores preços, até o máximo de 3 (três). No caso de empate nos preços, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes.

7.3. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se a proponente desistente às penalidades constantes neste edital.

7.4 Após este ato será encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, exclusivamente pelo critério de menor preço obtido.

7.5 Com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico e social no âmbito local, ampliar a eficiência das políticas públicas locais; e incentivar a inovação tecnológica no município, por meio de política pública de promoção de acesso ao mercado de compras governamentais, neste certame será concedida a prioridade de

contratação de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedores Individuais sediados no Município de Porto Murtinho, nos seguintes termos:

7.5.1. Quando as ofertas apresentadas pelas licitantes Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedores Individuais sediadas no Município de Porto Murtinho/MS sejam iguais ou até **dez por cento superiores ao menor preço**, a licitante **melhor classificada** poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora da licitação, situação em que será adjudicado o objeto em seu favor.

7.5.2. Na hipótese de não contratação da licitante Microempresa, da Empresa de Pequeno Porte ou do Microempreendedor Individual sediada localmente melhor classificada, serão convocadas as licitantes Microempresas, Empresas de Pequeno Porte ou Microempreendedores Individuais locais remanescentes, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

7.5.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas licitantes, Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedores Individuais, sediadas localmente realizar-se-á sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro apresentará a melhor oferta.

7.5.4. Na hipótese da não contratação nos termos previstos no item 8.5.1, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

7.5.5. As disposições do item 8.5 e subitens somente se aplicarão quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual local.

7.5.6. A licitante Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual local, melhor classificada, será convocada pelo (a) Pregoeiro (a) para apresentar nova proposta no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

7.5.7. A prioridade para Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual local dependerá da verificação prévia pelo Pregoeiro da existência de pelo menos três fornecedores competitivos enquadrados como Microempresas, Empresas de Pequeno Porte ou Microempreendedores Individuais sediados localmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório.

7.6 O pregoeiro examinará a aceitabilidade quanto ao objeto e valor apresentado pela primeira classificada, conforme definido neste edital, decidindo motivadamente a respeito, sendo aceitável a oferta será verificada o atendimento das condições de habilitação da licitante que a tiver formulado, com base na documentação apresentada na própria sessão.

7.7 Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, será declarada a proponente vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto deste edital, pelo pregoeiro.

7.8 Se a oferta não for aceitável ou se a proponente não atender às exigências editalícias, o pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda todas as exigências editalícias, sendo a respectiva proponente declarada vencedora e a ela adjudicado o objeto definido no objeto deste edital.

7.9 Lavrar-se-á ata circunstanciada da reunião, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, deverá obrigatoriamente ser assinada pelo pregoeiro e licitantes presentes, ressaltando-se que poderá constar ainda as assinaturas da equipe de apoio.

7.10 Verificando-se, no curso da análise, o descumprimento de requisitos estabelecidos neste edital, a proposta será desclassificada.

7.11 Em caso de divergência entre informações contidas em documentação impressa e na proposta específica prevalecerão às da proposta. Ocorrendo divergência entre o valor unitário e total para os itens do objeto do edital, será considerado o primeiro.

7.12 Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista no objeto deste edital.

7.13 A desistência, pela licitante, de apresentar lance verbal, quando convocada pelo pregoeiro, implicará na exclusão daquela da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pela licitante, para efeito de ordenação das propostas.

7.14 Caso não se realizem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação.

8. HABILITAÇÃO E SEU JULGAMENTO

8.1 É condição básica para a fase de habilitação, que a licitante apresente, em um envelope, os documentos referentes à habilitação, podendo ser em cópia simples, conforme o disposto no Acórdão 2036/2022 – Plenário, do Tribunal de Contas da União, não se faz necessária a apresentação dos documentos originais, cópias autenticadas ou cópias acompanhadas dos originais, caso exista alguma dúvida quanto à veracidade dos documentos o(a) Pregoeiro(a) promoverá diligência para verificação das informações.

08.2. Documentação relativa à habilitação jurídica, regularidade fiscal, trabalhista, econômico-financeira e técnica:

08.2.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) **Registro comercial** no caso de Empresa Individual;
- b) **Ato constitutivo, estatuto ou contrato social** em vigor e alterações subsequentes, devidamente registrados no caso de Sociedade Comercial;
- c) **Inscrição do ato constitutivo e alterações**, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, em exercício no caso de Sociedade por Ações;
- d) **Inscrição do ato constitutivo e alterações no registro civil das pessoas jurídicas, acompanhada de prova da diretoria em exercício** no caso de Sociedade Civil;
- e) **Decreto de autorização, e ato de registro ou autorização para funcionamento**, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir no caso de Empresa ou Sociedade Estrangeira em funcionamento no Brasil;
- f) **Estatuto Social** em vigência no caso de Cooperativas;
- g) **Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI** para MEI.

08.2.1.1. A Certidão Simplificada, a Declaração de Enquadramento e o Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI não precisarão constar do Envelope “Documentos de Habilitação”, caso tenham sido apresentados para o credenciamento neste Pregão.

8.2.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

- a) Prova de inscrição da empresa no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (**CNPJ/MEI**) em plena validade;
- b) Prova de regularidade com a **Fazenda Municipal** (Certidão Negativa de Débitos, ou Positiva com efeito de Negativa de Tributos Municipais), emitida pelo órgão competente, da localidade de domicílio ou sede da empresa proponente, na forma da Lei;
- c) Certidão Negativa de Débitos relativos a **Tributos Federais, Dívida Ativa da União e Certidão Negativa de Débito relativo à Seguridade Social - INSS**, emitida pelo Ministério da Fazenda (Procuradoria Geral da Fazenda Nacional / Receita Federal do Brasil), podendo ser apresentada em conjunto ou específica observada a validade;
- d) Prova de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por tempo de Serviço (FGTS), mediante **Certificado de Regularidade do FGTS**;

8.2.2.1 As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de Regularidade Fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

8.2.2.2. A documentação relativa à **REGULARIDADE TRABALHISTA** consistirá na apresentação da prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)** ou Certidão Positiva com efeitos de negativa, emitida pelo TST – Tribunal Superior do Trabalho.

8.2.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

8.2.3.1 **Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial, ou liquidação judicial**, conforme o caso, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão, ou, na omissão desta, expedida a menos de 60 (sessenta) dias contados da data designada para a sessão pública de abertura e recebimento dos envelopes.

8.2.3.1.1 No caso de Certidão Positiva de Recuperação Judicial, deverá apresentar a certidão emitida pela instância judicial competente, certificando sua aptidão econômica e financeira para participar do presente procedimento licitatório. (Acórdão TCU nº 8.271/2011 – 2ª Câmara).

8.2.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

I - 01 (um) atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado em nome do licitante que comprove a execução de serviços pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação, devendo o documento conter o nome, o endereço e o telefone de contato do signatário do atestado.

II - Declaração da licitante, em papel timbrado da empresa, de que tem disponibilidade de pessoal técnico, necessários e essenciais para o fiel cumprimento do objeto desta licitação, devendo indicar na declaração, nomes e formação técnica dos atendentes na área de sistemas de informação, bem como dos desenvolvedores de sistema de informação com graduação na área de Tecnologia da Informação e/ou pós graduação, com comprovação de vinculação na (CTPS), contrato de trabalho, ou contrato social, do(s) profissional(is), enquanto durar a vigência do contrato a ser firmado.

III - Declaração expressa da licitante, devidamente assinada pelo responsável, sob as penas do art. 299 do Código Penal, preferencialmente em papel timbrado, à luz da legislação brasileira, aplicável a espécie e que rege a matéria – Leis Federais nº 9.609 e 9.610/1998, que para o fornecimento de licença de direito de uso de software, referente à solução ofertada:

- a) A licitante é detentora de propriedade intelectual ou assegura sua autoria e titularidade, ou seja, a licitante é fabricante ou subsidiária brasileira do fabricante ou;
- b) A licitante está credenciada pelo fabricante ou subsidiária, para representar, comercializar e/ou distribuir licenças e fazer implantação no Brasil, bem como, autorizada a modificar o código-fonte da parte personalizável, seja por parametrização, customização e/ou qualquer outra forma de modificação; Autorização por meio de contrato ou declaração reconhecido em cartório.
- c) Em último caso, especificar declaradamente, qualquer outra situação, aqui não prevista, e que garantam o fiel cumprimento das obrigações a serem assumidas, caso venha a ser vencedora no presente certame (ANEXO VII - TERMO DE REFERENCIA).

IV - ATESTADO DE VISITA TÉCNICA, de forma a obterem pleno conhecimento das condições e eventuais dificuldades para a sua execução, bem como de todas as informações necessárias à formulação da sua proposta de preços.

IV.a) – Para agendamento da vistoria a empresa deverá entrar em contato com a Prefeitura Municipal, no Setor de Licitação, no horário das 07h30min às 17h30min, através do telefone (67) 3287-4508, devendo ser efetivada até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para a sessão pública.

IV.b) – A realização da vistoria não se consubstancia em condição para a participação na licitação, ficando, contudo, as licitantes cientes de que após apresentação das propostas não serão admitidas, em hipótese alguma, alegações posteriores no sentido da inviabilidade de cumprir com as obrigações, face ao desconhecimento dos serviços e de dificuldades técnicas não previstas.

IV.c) – Eventuais discrepâncias/inconsistências observadas na fase de vistoria e de elaboração da proposta deverão ser apontadas formalmente (por escrito) ao Pregoeiro(a) de licitação, até 02 (dois) dias antes da data prevista para a abertura do certame licitatório. Após essa data, nenhuma reclamação será aceita, cabendo à Contratada a execução do objeto em sua totalidade.

8.2.5. DECLARAÇÕES:

I – Declaração de compromisso/fatos supervenientes, assegurando a inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração.

II – Declaração da licitante assinado pelo representante legal, informando que cumpre a proibição prevista no art.7º da CF – ou seja, de que não utiliza trabalho de menor de dezoito anos em atividades noturnas, perigosas ou insalubres, e de trabalho de menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz.

III – Declaração marco regulatório anticorrupção que conduz seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e a prática de quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública.

IV – Declaração de que atende aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente.

V - Declaração expressa da licitante, devidamente assinada pelo responsável, sob as penas do art. 299 do Código Penal, de sujeição aos termos do Edital e seus anexos, à legislação, normas e regulamentações vigentes que orientam a presente licitação, bem como, de que recebeu toda documentação e informações necessárias para o cumprimento integral das obrigações relativas ao objeto da licitação, caso venha a ser vencedora no presente certame.

VI – Declaração de que caso seja vencedora, irá realizar no prazo de 03 (três) dias úteis após ser declarada vencedora do Certame, a PROVA DE CONCEITO, para a apresentação do sistema ofertado para a equipe técnica, de acordo com as disposições contidas no Termo de Referência.

8.3 DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO:

8.3.1. Não serão aceitas documentação com data de validade vencida.

8.3.2. Os documentos exigidos para habilitação, consoantes o estabelecido nesta seção, não poderão, em hipótese alguma, ser substituídos por protocolos que configurem o seu requerimento, ou apresentados por meio de fitas, discos magnéticos e filmes.

8.3.3. Os documentos poderão ser apresentados no original, por qualquer processo de cópia reprográfica, conforme o disposto no Acórdão 2036/2022 – Plenário, do Tribunal de Contas da União, não se faz necessária a apresentação dos documentos originais, cópias autenticadas ou cópias acompanhadas dos originais, caso exista alguma dúvida quanto à veracidade dos documentos o(a) Pregoeiro(a) promoverá diligência para verificação das informações.

8.3.4. Em conformidade com o art. 3º, I, da Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, será dispensado o reconhecimento de firma se for possível confrontar a assinatura com aquela constante do documento de identidade do signatário, ou assinar o documento diante do Pregoeiro ou Equipe de apoio.

8.3.5. A validade dos documentos será aquela expressa nos mesmos ou estabelecida em lei.

8.3.6. Em caso de omissão, o Pregoeiro admitirá como válidos os documentos emitidos a menos de 60 (sessenta) dias da sua apresentação.

8.3.7. Os licitantes que apresentarem documentos em desacordo com as estipulações desta seção ou não lograrem provar sua regularidade na sessão pública serão inabilitados.

8.3.8. Uma vez incluído no processo licitatório, nenhum documento será devolvido, salvo o original for substituído por cópia reprográfica autenticada.

8.3.9 A ausência de documento ou a apresentação dos documentos de habilitação em desacordo com o previsto nesta seção inabilitará o licitante.

8.3.10 A aceitação dos documentos obtidos via Internet ficará condicionada à confirmação de sua validade, também por esse meio, se dúvida houver quanto à sua autenticidade, pela equipe de apoio do prego.

8.3.11. As Microempresas, Empresas de pequeno porte e o Microempreendedor individual deverão apresentar toda documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

8.3.11.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal será assegurado às mesmas o prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Pregoeiro, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, estas com efeito de negativa (art. 43, parágrafo primeiro da LC 147/14).

8.3.11.2 A não regularização da documentação, no prazo previsto, implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81, da Lei nº 8.666, de 21/06/1993, sendo facultado ao Pregoeiro convocar os Licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, neste caso, o Pregoeiro poderá negociar diretamente com a proponente para que seja obtido um melhor preço, ou ainda, revogar a licitação caso seja pertinente (art. 43, parágrafo segundo da LC 147/14).

8.3.12 Quem entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios pelo prazo de até **5 (cinco) anos**, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

9. DA PROVA DE CONCEITO (*Proof Of Concepts – PoC*)

9.1 Como requisito indispensável para a adjudicação e homologação do objeto, a empresa, **mais bem classificada provisoriamente**, após a fase de lances, e devidamente habilitada no referido processo licitatório (garantido a autotutela administrativa), deverá providenciar uma demonstração prática da solução ofertada, atendendo obrigatoriamente, um percentual mínimo de **90% (noventa por cento)**, no ato da implantação, das funcionalidades e requisitos, constantes do Termo de Referência.

9.1.1 Quanto características do negócio (item 4.6 do Termo de Referência), será permitida uma margem de 10% de não atendimento no momento da apresentação. Caso o sistema apresentado não atenda pelo menos 90% das características estabelecidas no referido item, este será desclassificado, sendo chamado o segundo colocado para o mesmo procedimento de avaliação e assim sucessivamente até que um dos classificados atenda às exigências editalícias.

9.1.2 O aplicativo deverá contemplar no momento da apresentação 100% das características tecnológicas estabelecidas no item 4.7 do Termo de Referência, sob pena de reprovação.

9.1.3 O roteiro de apresentação/avaliação dos módulos seguirá a mesma ordem disposta no termo de referência, sendo primeiro observado as características relacionadas no **item 4.6** e depois as relacionadas às funcionalidades no **item 4.7**, na ordem em que se encontram neste termo de referência.

9.1.4 A análise do sistema informatizado, não será sigilosa, contudo, deverá ser procedida apenas pelos representantes da Prefeitura Municipal de Porto Murtinho-MS, e da **empresa arrematante**, não cabendo em hipótese alguma, qualquer interferência das demais licitantes.

9.1.5 Na avaliação das funcionalidades e requisitos, constantes do TERMO DE REFERÊNCIA, para cada item, deverá ser considerado pelo avaliador, em sua análise síntese, as seguintes possibilidades: **SIM** ou **NÃO** (possui?).

9.1.5.1. Um item “parcialmente” atendido não será computado para fins de computo geral.

9.1.6 A empresa, mais bem classificada provisoriamente, após a fase de lances, e devidamente habilitada no referido processo licitatório (garantido a autotutela administrativa), no prazo máximo estabelecido, após a sua convocação, a demonstração prática da solução ofertada. Durante a demonstração prática da solução ofertada, será realizada a verificação e validação do percentual mínimo obtido, considerando as pré-condições das funcionalidades e requisitos, constantes do TERMO DE REFERÊNCIA.

9.1.7 Considerando a obrigatoriedade da demonstração prática da solução ofertada, fica entendido desde

já que, somente a partir da atestação pela **comissão multidisciplinar**, designada pela Prefeitura Municipal de Porto Murtinho-MS, é que se procederá à homologação do referido processo licitatório.

9.1.8 Somente participará da fase de demonstração da PROVA DE CONCEITO (*Proof of Concept – PoC*), a empresa, mais bem classificada provisoriamente, após a fase de lances, e devidamente habilitada no referido processo licitatório (garantido a autotutela administrativa), salvo, demais classificados, meramente na condição de ouvintes.

9.1.9 Caso a comissão multidisciplinar, julgue necessário, poderá solicitar diligência, nos termos do art. 43, § 3º, da Lei Federal nº 8.666/1993, para visita técnica, em qualquer cliente da empresa licitante, desde que, possua porte administrativo, igual ou superior, ao da Prefeitura Municipal de Porto Murtinho -MS, considerando o número de habitantes do município, e que utilize o mesmo sistema informatizado de gestão pública ofertado.

9.1.9 A demonstração prática deverá ocorrer em sessão pública, conforme dia, horário e local determinados em publicação, salvo disposição em contrário, quando da convocação. O prazo máximo estimado para conclusão da demonstração prática da solução ofertada, é de até **15 (quinze) dias úteis**, prorrogável, em uma única vez, por igual período, desde que motivadamente solicitado pela interessada, e a critério da CONTRATANTE.

9.1.10 A empresa, mais bem classificada provisoriamente, deverá utilizar equipamentos próprios, com o sistema informatizado de gestão pública ofertado, devidamente instalado e configurado, apto a executar de forma nativa, as funcionalidades e requisitos, constantes do TERMO DE REFERÊNCIA.

9.1.11. O Município disponibilizará o espaço adequado para a apresentação dos sistemas, onde será montada uma bancada de testes contendo lado a lado computadores, todos conectados à internet.

9.1.12. A proponente deverá demonstrar o funcionamento dos seus sistemas, sendo responsável pelo banco de dados de teste para a devida demonstração do sistema.

9.1.13. Os equipamentos poderão ser auditados pela Equipe da Prefeitura, bem como poderão ser recolhidos para eventuais diligências ou perícias. É vedado às demais licitantes acesso aos equipamentos da empresa que estiver realizando a apresentação, antes, durante ou após esta, sob pena de desclassificação, por interferir na relação com a concorrente, como eventual infração a lei de propriedade industrial e de terceiros, sem prejuízo as cominações civis e criminais aplicáveis.

9.1.14. Após a realização da avaliação, será emitido laudo com os resultados, os quais serão publicados no sítio oficial, de modo a ficarem a disposição para conhecimento dos interessados. As demais licitantes serão intimadas para fins de retomada da sessão, podendo ao final da sessão manifestar intenção de impetrar recurso no prazo legal.

9.1.15. Para o bom andamento dos trabalhos de avaliação, bem como resguardo de direitos do particular quanto à propriedade intelectual protegidos por Lei, só será permitida a participação de no máximo um representante das demais licitantes na apresentação, sendo-lhe vedado a manifestação, e o uso ou porte de quaisquer equipamentos eletrônicos (smartphone, câmera, notebook, gravador, entre outros) e de registros audiovisuais, resguardado o direito de tomar apontamentos por escrito que deverão ser cedidos para cópia caso solicitado pela Administração ou empresa em avaliação.

9.2 DA COMISSÃO MULTIDISCIPLINAR (avaliação técnica):

9.2.1 Para assegurar a qualidade e perfeita adequação da solução ofertada, será designada pela CONTRATANTE, **comissão multidisciplinar**, para avaliação técnica das funcionalidades e requisitos, constantes do TERMO DE REFERÊNCIA, conforme a seguir:

- a) A comissão multidisciplinar, emitirá relatório técnico de “**ACEITE**” ou “**RECUSA**” da solução ofertada, evidenciando os motivos que o fizerem, assim como, o encaminhará ao Pregoeiro; que
- b) No caso de “**pleno atendimento**” da prova de conceito, a licitante terá sua proposta **efetivamente classificada**, na conformidade do Edital, quanto ao objeto ofertado, devendo ser declarada vencedora, por ato do Pregoeiro, para a adjudicação e homologação do certame; ou

- c) No caso de “não-atendimento” da prova de conceito, a licitante terá sua proposta **sumariamente desclassificada**, devendo ser convocada, por ato do Pregoeiro, a licitante remanescente, na ordem de classificação, para exercício do mesmo direito.

9.2.2 Por se tratar de julgamento, do tipo **MENOR PREÇO (GLOBAL)**, a reprovação da amostra de um ou mais sistema e/ou módulo, implicará na desclassificação da proposta como um todo.

9.2.3 Após a realização da PROVA DE CONCEITO, será publicado o parecer final da comissão multidisciplinar, em caso de aprovação do(s) Sistema(s) ocorra a publicação da Adjudicação por parte do Pregoeiro.

- a) Caso a(s) empresa(s) vencedora(s) não consiga(m) atingir ao percentual de 90% de aceitação, o pregoeiro deverá DESCLASSIFICAR a(s) empresa(s) e convocar a(s) segunda(s) colocadas para negociação e prosseguimento do CERTAME.

10. IMPUGNAÇÃO, DO RECURSO E HOMOLOGAÇÃO

10.1 DA IMPUGNAÇÃO

10.1.1. Qualquer interessado poderá até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas e habilitação, solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do pregão, sob pena de decadência do direito de fazê-lo administrativamente.

10.1.2. A impugnação ao edital deverá ser dirigida à autoridade que expediu o presente instrumento convocatório.

10.1.3. Acolhida à petição contra o ato convocatório serão designadas nova data para a realização do certame.

10.1.4. A ausência de decisão administrativa definitiva pertinente à impugnação antes da data fixada para a realização do Pregão confere ao licitante a sua participação no procedimento licitatório até a ocorrência desse evento.

10.1.5. A impugnação ou o recurso deverá ser protocolado no Setor de Protocolo da Prefeitura **ou através do email:licitacao@portomurtinho.ms.gov.br**, das 07:30 às 17:30 horas.

10.2. DOS RECURSOS

10.2.1. Ao final da sessão, depois de declarada vencedora, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de interpor recurso, mediante registro em ata da síntese das suas razões, sendo-lhe desde já concedido o prazo de 03 (três) dias para apresentação das correspondentes razões, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

a) Não será admitido, nem concedido prazo para recurso sobre assuntos meramente protelatórios ou já decididos em impugnação ao Instrumento Convocatório;

b) Acolhidas às razões recursais pelo (a) Pregoeiro (a) este retornará a sessão do Pregão para a reformulação do ato combatido e daqueles subsequentes;

c) Se das razões recursais não resultar retratação da decisão, o (a) Pregoeiro (a) encaminhará o recurso devidamente informado à Autoridade Superior, que proferirá decisão final e homologará o procedimento licitatório.

10.2.2. O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.2.2.1. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto do certame à licitante vencedora e homologará o procedimento.

10.2.2.2. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e a classificação do objeto pelo (a) Pregoeiro (a) ao vencedor.

10.2.3. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no Departamento de Licitação.

10.2.4. A homologação do resultado desta licitação não obriga a Administração à utilização do objeto licitado.

10.2.5. O recurso poderá ser protocolado no Setor de Protocolo da Prefeitura **ou através do email:licitacao@portomurtinho.ms.gov.br**, das 07:30 às 17:30 horas.

11. DO REEQUILIBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO E REAJUSTE:

11.1 – Fica ressalvada a possibilidade de alteração dos preços, caso ocorra o desequilíbrio econômico financeiro do Contrato, conforme disposto no Art. 65, alínea “d” da Lei 8.666/93.

11.2 – Caso ocorra à variação nos preços, a contratada deverá solicitar formalmente a Administração Municipal, devidamente acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido.

11.3 - Em caso de redução nos preços dos serviços, a contratada fica obrigada a repassar ao município o mesmo percentual de desconto.

11.4 – Os valores inicialmente contratados poderão ser reajustados, após decorridos 12 (doze) meses, contados da data da apresentação das propostas, por meio do Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M).

12. DA CONTRATAÇÃO

12.1 – As obrigações decorrentes da execução dos serviços serão firmadas, observada as condições estabelecidas neste Edital e no que dispõe o art. 62, da Lei nº. 8.666/93, e será formalizada através de:

a) Minuta de contrato, que é parte integrante deste edital, ou outros instrumentos hábeis tais como nota de empenho, ordem de execução de serviço, todos com a precedente nota de reserva orçamentária, cujas condições deverão ser mantidas na sua integralidade.

12.2 – O prazo para a retirada da nota de empenho e/ou assinatura do contrato será de 05 (cinco) dias, contados da convocação.

12.3 – Os valores pactuados serão os fixados em Nota de Empenho e contrato e, **observarão obrigatoriamente os valores registrados em Ata.**

13. VALOR

13.1. Ressalvando-se que o Pregão é do tipo Menor Preço Global, estima-se o valor total desta licitação em **R\$ 129.366,80 (cento e vinte e nove mil, trezentos e sessenta seis reais e oitenta centavos)**, obtidos através de pesquisas junto ao mercado, estando a importância anotada para futuro compromisso, de acordo com liberação orçamentária.

14. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

14.1 As despesas decorrentes da contratação deste objeto, correrão à conta do Programa de Trabalho do Orçamento da Prefeitura Municipal:

Órgão: 08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 08.01– FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Funcional: 10.301.0011 – Atenção Básica

Projeto/Atividade: 2.083 – Capitação Ponderada – APS- Atenção Primária a Saúde

Elemento: 3.3.90.40.00.00.00.00.0.1.600(0600) – SERVIÇO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Código reduzido: (0000231)

Órgão: 08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 08.01– FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Funcional: 10.122.0011 – Administração Geral

Projeto/Atividade: 2.083 – Manutenção das Atividades do Hospital Oscar Ramires Pereira

Elemento: 3.3.90.40.00.00.00.00.0.1.500(0500) – SERVIÇO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Código reduzido: (0000229).

Órgão: 08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 08.01– FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Funcional: 10.302.0011 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial

Projeto/Atividade: 2.075 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial MAC/AIH

Elemento: 3.3.90.40.00.00.00.0.1.0621(0621) – SERVIÇO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Código reduzido: (0000228).

14.2 E dotações que vierem a substituir no exercício seguinte.

15. CONDIÇÕES CONTRATUAIS

15.1 A licitante vencedora e a Prefeitura Municipal de Porto Murtinho/MS celebrarão contrato de prestação de serviço, nos moldes da minuta constante deste edital, quando assim a lei o exigir. A contratação com os fornecedores contratados será formalizada pelo município por intermédio de instrumento contratual, emissão de Nota de Empenho, autorização de fornecimento ou outro instrumento similar, nos termos do art. 62 da Lei nº 8.666/1993.

15.2 **Se a licitante vencedora não comparecer na Divisão de Licitação dentro do prazo de 05 (cinco) dias, após regularmente convocada para assinatura do contrato, ensejará a aplicação da multa prevista no título SANÇÕES deste edital. É obrigatória a presença do responsável pela pessoa jurídica ou de pessoa devidamente munida de Procuração que lhe conceda tais poderes, para assinatura do contrato. Caso o responsável pela pessoa jurídica não compareça para, dentro do prazo estabelecido, assinar o referido Contrato, além da multa prevista, o objeto poderá ser concedido ao 2º colocado. O prazo para assinatura começará a correr do recebimento da CONVOCAÇÃO.**

15.3 Até a assinatura do contrato, a proposta da licitante vencedora poderá ser desclassificada se a Prefeitura Municipal de Porto Murtinho/MS, tiver conhecimento de fato desabonador à sua habilitação, conhecido após o julgamento.

15.4 Ocorrendo a desclassificação da proposta da licitante vencedora por fatos referidos no item anterior, a Prefeitura Municipal de Porto Murtinho/MS, poderá convocar as licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação de acordo com a Lei 10.520/2002.

15.5 O contrato terá duração de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado mediante acordo entre as partes e nos termos da Lei 8.666/93.

15.6 O contrato a ser firmado em decorrência desta licitação poderá ser rescindido a qualquer tempo independente de notificações ou interpelações judiciais ou extrajudiciais, com base nos motivos previstos nos arts. 77 e 78, na forma do art. 79, da lei 8.666/93.

16. DA FISCALIZAÇÃO

16.1 Será designado o representante, exercerá a fiscalização do contrato e registrará todas as ocorrências e as deficiências verificadas em relatório, cuja cópia será encaminhada à licitante vencedora, objetivando a imediata correção das irregularidades apontadas.

17. PAGAMENTO

17.1 O pagamento será efetuado por meio de ordem bancária diretamente à contratada, mediante a apresentação pela contratada de nota fiscal, em 01 (uma) via encaminhada à contabilidade/tesouraria para o efetivo pagamento das despesas, o qual ocorrerá no prazo de até 30 (dias) dias, contado da data do atesto de conformidade da nota fiscal.

17.1.1 Se o objeto desta licitação não estiver conforme condições deste edital, o pagamento ficará suspenso até o seu recebimento regular.

17.1.2 Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.

17.2. Para a execução do pagamento de que trata o item anterior, a **CONTRATADA** deverá fazer constar na nota fiscal correspondente emitida, sem rasura, o número do processo licitatório, a sua conta bancária, o nome do Banco e a respectiva Agência em que deverá ser creditado o valor devido pela remuneração apurada.

17.3. A nota fiscal correspondente deverá ser entregue pela licitante vencedora, diretamente ao representante da **CONTRATANTE**, que somente atestará a prestação dos serviços e liberará a referida nota fiscal para pagamento, quando cumpridas, pela **CONTRATADA**, todas as condições pactuadas.

17.4 Havendo erro na nota fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida à **CONTRATADA** pelo representante da **CONTRATANTE** e o pagamento ficará pendente até que aquela providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a **CONTRATANTE**.

17.5 O pagamento só será efetuado após a comprovação pela contratada de que se encontra em dia com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante apresentação das Certidões Negativas de Débito Federal, Estadual e Municipal, com o FGTS e com a Justiça do Trabalho (CNDT).

18. SANÇÕES

18.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela licitante vencedora, sem justificativa aceita pela Prefeitura Municipal de Porto Murtinho, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar nas seguintes sanções:

18.1.1. Multa compensatória no percentual de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor total estimado do contrato, pela recusa em assiná-lo ou pela não apresentação da documentação exigida, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas no art. 87 da lei 8.666/93;

a) multa de mora no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento) calculada sobre o valor total estimado do contrato, por dia de inadimplência, até o limite de 02 (dois) dias úteis, na prestação total do objeto deste, caracterizando a inexecução parcial;

b) multa compensatória no percentual de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor total estimado do contrato pela inadimplência além do prazo de 02 (dois) dias úteis, caracterizando a inexecução parcial do mesmo;

c) advertência.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

18.2. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui a possibilidade da aplicação de outras, previstas na lei 8.666/93, inclusive a responsabilização da licitante vencedora por eventuais perdas e danos causados à Administração.

18.3 A multa deverá ser recolhida aos cofres públicos do Município de Porto Murtinho/MS, via Tesouraria Municipal, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data de recebimento da notificação enviada pela Prefeitura Municipal de Porto Murtinho/MS.

18.4 O valor da multa poderá ser descontado na nota fiscal ou crédito existente na Prefeitura Municipal de Porto Murtinho/MS, em favor da licitante vencedora, sendo que, caso o valor da multa seja superior ao crédito existente, a diferença será cobrada na forma da lei.

18.5 As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato do Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Porto Murtinho/MS, devidamente justificado.

18.6 À licitante que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar a documentação exigida ou apresentar documentação falsa exigida, ensejar o retardamento da execução do objeto desta licitação, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar a execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com o Município de Porto Murtinho/MS e será descredenciado do CRC Municipal, pelo período de 5 anos se credenciado for, sem prejuízo das multas previstas neste edital, no contrato e nas demais cominações legais.

18.7 As sanções aqui previstas são independentes entre si podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

18.8 Em qualquer hipótese e aplicação de sanções será assegurado à licitante vencedora o contraditório e a ampla defesa.

19. DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1. A Prefeitura Municipal de Porto Murtinho/MS poderá cancelar de pleno direito a nota de empenho que vier a ser emitida em decorrência desta licitação, bem como rescindir o respectivo contrato, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial desde que motivado o ato e assegurado à licitante vencedora o contraditório e a ampla defesa quando esta:

- a) venha a ser atingida por protesto de título, execução fiscal ou outros fatos que comprometam sua capacidade econômico-financeira;
- b) for envolvida em escândalo público e notório;
- c) quebrar o sigilo profissional;
- d) utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, informações não divulgadas ao público e às quais tenha acesso por força de suas atribuições e que contrariem as disposições estabelecidas pela Prefeitura Municipal de Porto Murtinho/MS;
- e) na hipótese de ser anulada a adjudicação em função de qualquer dispositivo legal que a autorize.

19.2 A Prefeitura Municipal de Porto Murtinho/MS poderá, por despacho fundamentado do pregoeiro e até a entrega da nota de empenho, excluir qualquer licitante, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, sem que a esta assista o direito de reclamar indenização ou ressarcimento, se chegar ao seu conhecimento, em qualquer fase do processo licitatório, fato ou circunstância que desabone a idoneidade da licitante.

19.3 A licitação poderá ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou anulada por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros mediante parecer escrito do pregoeiro, devidamente fundamentado.

19.3.1. A nulidade do processo licitatório induz à do contrato, sem prejuízo do disposto no parágrafo único do art. 59 da lei 8.666/93.

19.4. As reclamações referentes à documentação e às propostas deverão ser feitas no momento da abertura do envelope correspondente, por escrito, quando serão registradas em ata, sendo vedada, a qualquer licitante, observações ou reclamações impertinentes ao certame.

19.5 A apresentação da proposta implica, por parte da licitante, observação dos preceitos legais e regulamentares em vigor, bem como a integral e incondicional aceitação de todos os termos e condições deste edital sendo responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

19.6 Havendo indício de conluio entre os licitantes ou de qualquer outro ato de má-fé, a Prefeitura Municipal de Porto Murtinho/MS comunicará os fatos verificados ao Ministério Público para as providências cabíveis.

19.7 É facultado ao pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deva constar no ato da sessão pública.

19.8 A proponente que vier a ser vencedora, ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que se fizerem necessárias até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado.

19.9 As questões decorrentes da execução deste edital, que não puderem ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no foro da Comarca de Porto Murtinho/MS, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

19.10 A homologação do objeto desta licitação não implicará direito à contratação.

19.11 Os casos omissos serão dirimidos pelo pregoeiro, com observância da legislação regedora, em especial a Lei 8.666/93 e suas alterações e Lei 10.520/02.

19.12 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Pregão e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

20. JUSTIFICATIVA PARA NÃO UTILIZAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO

21.1 A adoção do pregão na forma presencial em substituição ao pregão eletrônico justifica-se em decorrência da péssima qualidade no serviço de internet, ficando inviável a utilização do pregão eletrônico. A instabilidade da conexão, bem como a queda constante do sinal são os principais fatores que impedem a contratação através do uso de tecnologia de informação por tratar-se de forma que depende exclusiva e diretamente da qualidade dos serviços de internet, o que não existe no Município de Porto Murtinho/MS.

22. DO HORÁRIO E LOCAL PARA OBTENÇÃO DE ESCLARECIMENTOS.

22.1. A Seção de Licitações prestará todos os esclarecimentos solicitados pelos interessados nesta licitação, estando disponível para atendimento de segunda a sexta-feira, das 07:30 às 17:30, na Rua Pedro Celestino, s/n, – Centro – Porto Murtinho/MS ou através do e-mail: licitacao@portomurtinho.ms.gov.br

Porto Murtinho- MS, 06 de dezembro de 2023

JULIO CESAR CORRÊA JUNIOR
Pregoeiro

ANEXO I

MINUTA DO CONTRATO Nº. ____/2023

INSTRUMENTO CONTRATUAL QUE CELEBRAM ENTRE
SI O XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX E A EMPRESA

I - CONTRATANTES: "XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX DE PORTO MURTINHO MS, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede a Rua Pedro Celestino, s/n., inscrita no CGC/MF sob o n.ºdoravante denominada CONTRATANTE/ e Pessoa Jurídica de Direito Privado, estabelecida à Rua....., inscrita no CNPJ/MF nºdoravante denominada CONTRATADA.

II - REPRESENTANTES: Representa a CONTRATANTE a XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX – MS a SR.(a) XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, brasileiro(a), Portadora Cédula de Identidade RG n.ºe do CPF/MF nº.e a CONTRATADA o Sr, brasileiro, residente e domiciliado nesta cidade, a Rua.,

III - DA AUTORIZAÇÃO DA LICITAÇÃO: O presente Contrato é celebrado em decorrência da autorização da Sra. Secretária Municipal de Saúde, exarada em despacho constante do Processo Licitatório nº ____/2023, gerado pelo Pregão Presencial nº ____/2023, que faz parte integrante e complementar deste Contrato, como se nele estivesse contido.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 Constitui objeto deste a **Contratação de empresa especializada em tecnologia da informação para o FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO DE SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE SAÚDE WEB/LOCAL SIMULTANEAMENTE**, totalmente integrado com os sistemas do Ministério da Saúde, ESUS, BPA, AIH, RAAS, SPNI, RNDS e TFD, com prontuário eletrônico integrado entre as unidades de saúde e a secretaria municipal, podendo trabalhar via intranet e internet, com servidor local ou em nuvem, com serviços de implantação, customização, manutenções preventivas, corretivas, adaptativas e evolutivas, suporte técnico, treinamento e assessoria pontuais, conforme condições, descrições, quantidades, exigências estabelecidas no termo de referência, por um período de 12 meses.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA OBRIGAÇÃO DAS PARTES

2.1 Além das obrigações resultantes da observância da Lei 8.666/93 são obrigações da CONTRATADA:

2.1.2 – Compete ao **CONTRATANTE:**

2.1.2.1. O responsável pelo setor de faturamento juntamente com o fiscal de contrato, serão designados para acompanhar e fiscalizar as entregas do objeto ora licitado.

2.1.2.2 Deverá ser rejeitada a licença de uso do software que não atender aos requisitos constantes das especificações.

2.1.2.3. O pagamento deverá ser efetuado mensalmente mediante crédito em conta corrente em nome da empresa contratada em até 30 (trinta) dia da emissão da nota fiscal devidamente atestada pelo fiscal de contrato, e setor de faturamento, acompanhado do relatório mensal do serviço realizado, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea “a”, combinado com o art. 73, inciso II, alínea “b”, da Lei nº 8.666/93.

2.1.2.4. Recusar com a devida justificativa qualquer serviço entregue fora das especificações constantes na proposta da CONTRATADA.

2.1.2.5. Exigir dos profissionais da saúde participação nas capacitações e aprimoramento na utilização do software de saúde durante seu trabalho, em caso de recusa sem justificativa plausível será advertido conforme a lei complementar de nº 001/1991, lei complementar nº 008/2002 art. 192, 201, 206.

2.1.2.6. Exigir da contratado suporte técnicos especializados com atendimento in loco, virtual, acesso remoto, WhatsApp, telefone móvel ou fixo.

2.2.2 – Compete à **CONTRATADA:**

2.2.2.1. Fornecer as licenças de uso do software conforme especificações técnicas definidas pela administração, não podendo nunca ser inferior a esta.

2.2.2.2. Fornecer suporte técnico, das formas: presenciais e remotos nos horários das 07h30m às 11h30m e das 13h30m às 17h30m de segunda a sexta feira.

2.2.2.3. A contratante em suas atualizações de software, ou exclusão e inclusão para melhoria na qualidade dos serviços prestados não poderá ter ônus adicionais cobrado da contratante.

2.2.2.4. Fornecer assistência em horário comercial por telefone, para as unidades de saúde, pronto atendimento para análise, diagnóstico e solução de problemas relacionados aos sistemas que fazem parte do objeto.

2.2.2.5. Fornecer atendimento in loco as dúvidas sobre operação dos sistemas por parte dos usuários da SMS, pelo tempo que for necessário (REMOTO).

2.2.2.6. A contratada deverá num prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas oferecer devolutiva com preço de atendimento para tal solicitação.

2.2.2.7. Fornecer comunicação remota com o ambiente computacional para atualização de programas, transferência de arquivos e outras atividades relacionadas à atualização de programas, suporte técnico e manutenção.

2.2.2.8. A contratada deverá fornecer a migração das informações de sistemas legados desta Secretaria Municipal de Saúde para atender às necessidades de implantação dos sistemas deste Termo de Referência. A migração inclui cadastro básico de cidadãos e atualização do CNES. No cadastro básico dos cidadãos, deverá ser avaliada sua qualidade e decidido se será importado para o sistema. Quando o formato dos campos do cadastro do sistema de origem impedir a migração direta entre os sistemas, deverá ser criado um espaço que possibilite a consulta textual nestes registros.

2.2.2.9. A contratada deverá arcar com todos as despesas de deslocamento, estadia e alimentação na execução dos serviços a serem realizado in loco de acordo com as demandas que forem surgindo.

2.2.2.10. A contratada deverá executar os serviços implantação, treinamento, atualização de sistema, modificações, atendimento com acesso remoto, ou in loco, importações e exportação de dados, compatibilidade de sistemas e locação mensal do software de saúde.

2.2.2.11. A contratada deverá cumprir na íntegra o termo de referência e estudo técnico preliminar.

2.2.2.12 A contratada deverá informar ao gestor (a) da secretaria por escrito, sempre que encontrar resistência por parte de servidores profissionais de saúde na capacitação, operacionalização do sistema, para que não aja descontinuidade nas informações de dados no software de gestão em saúde.

2.2.2.13. A contratada deverá fornecer como parte de suas obrigações as correções das inconsistências e transmissão de dados, mantendo assim a total integração dos sistemas.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1 O valor global do presente contrato é de R\$ (.....).

| DESCRIÇÃO | UNID. | QUANT. | Valor Unitário | Valor Total |
|--|-------|--------|----------------|-------------|
| Conversão e Implantação (configuração de sistemas de gestão web/local) para gestão da saúde com módulos integrados em base única, com comodato de servidor de dados local para replicação das informações em nuvem. Incluso treinamento para os servidores de cada setor da Secretaria Municipal de Saúde. | Serv. | 01 | | |

| | | | | |
|---|-----|----|--|--|
| Locação de software de Gestão de Saúde Pública no formato web e local simultaneamente, com módulos totalmente integrados em base única, incluso cessão de direito de uso. | Mês | 12 | | |
|---|-----|----|--|--|

3.2 No valor pactuado estão inclusos todos os tributos e, ou encargos sociais, resultantes da operação adjudicatória concluída, inclusive despesas com fretes e outros.

3.3 O pagamento será efetuado por meio de ordem bancária diretamente à contratada, mediante a apresentação pela contratada de nota fiscal, em 01 (uma) via encaminhada à contabilidade/tesouraria para o efetivo pagamento das despesas, o qual ocorrerá no prazo de até 30 (dias) dias, contado da data do atesto de conformidade da nota fiscal.

3.4 A Contratada deverá encaminhar junto a Nota Fiscal, documento em papel timbrado da empresa informando a Agência Bancária e o número da Conta a ser depositado o pagamento, bem como, devolver a Ordem de Fornecimento original enviada pela Gerência Solicitante dos produtos. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas.

3.5 A Nota Fiscal deverá ser emitida pela licitante vencedora/contratada, obrigatoriamente com o mesmo número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho;

3.6 Em caso de devolução da Nota Fiscal para correção, o prazo para pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

3.7 O pagamento só será efetuado após a comprovação pela contratada de que se encontra em dia com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante apresentação das Certidões Negativas de Débito com INSS, com o FGTS e com a Justiça do Trabalho (CNDT).

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO E DO REAJUSTE:

4.1 – Fica ressalvada a possibilidade de alteração dos preços, caso ocorra o desequilíbrio econômico financeiro do Contrato, conforme disposto no Art. 65, alínea “d” da Lei 8.666/93.

4.2 – Caso ocorra à variação nos preços, a contratada deverá solicitar formalmente a Administração Municipal, devidamente acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido.

4.3 - Em caso de redução nos preços dos serviços, a contratada fica obrigada a repassar ao município o mesmo percentual de desconto.

4.4 – Os valores inicialmente contratados poderão ser reajustados, após decorridos 12 (doze) meses, contados da data da apresentação das propostas, por meio do Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M).

CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO

5.1 - O prazo de vigência do contrato será de (.....), contados da assinatura deste instrumento até o dia ____/____/____, podendo ser prorrogado mediante acordo entre as partes e nos termos da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA – RECURSO ORÇAMENTÁRIO:

6.1. As despesas decorrentes da execução do objeto da presente licitação correrão a cargo das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 08.01– FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Funcional: 10.301.0011 – Atenção Básica

Projeto/Atividade: 2.083 – Capitação Ponderada – APS- Atenção Primária a Saúde

Elemento: 3.3.90.40.00.00.00.0.1.600(0600) – SERVIÇO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Código reduzido: (0000231).

Órgão: 08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 08.01– FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Funcional: 10.122.0011 – Administração Geral

Projeto/Atividade: 2.083 – Manutenção das Atividades do Hospital Oscar Ramires Pereira

Elemento: 3.3.90.40.00.00.00.00.0.1.500(0500) – SERVIÇO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Código reduzido: (0000229).

Órgão: 08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 08.01– FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Funcional: 10.302.0011 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial

Projeto/Atividade: 2.075 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial MAC/AIH

Elemento: 3.3.90.40.00.00.00.00.0.1.0621(0621) – SERVIÇO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Código reduzido: (0000228).

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES:

7.1 Nos termos do art. 86 da Lei n. 8.666/93, fica estipulado o percentual de **0,5% (meio por cento)** sobre o valor inadimplido, a título de multa de mora, por dia de atraso injustificado no fornecimento do objeto deste pregão, até o limite de **10% (dez por cento)** do valor empenhado.

7.2 Em caso de inexecução total ou parcial do pactuado, em razão do descumprimento de qualquer das condições avençadas, a contratada ficará sujeita às seguintes penalidades nos termos do art. 87 da Lei n. 8.666/93:

I- advertência;

II- multa de **10% (dez por cento)** do valor do contrato,

III– suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a **2 (dois)** anos e,

IV- declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

7.3. Quem convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de prestar o serviço, não atender as demandas previstas pela Administração ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios pelo prazo de até **5 (cinco) anos**, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

7.4. As penalidades somente poderão ser relevadas ou atenuadas pela autoridade competente aplicando-se o Princípio da Proporcionalidade, em razão de circunstâncias fundamentados em fatos reais e comprovados, desde que formuladas por escrito e no prazo máximo de **5 (cinco) dias úteis** da data em que for oficiada a pretensão da Administração no sentido da aplicação da pena.

7.5 - As multas de que trata este capítulo, deverão ser recolhidas pelas adjudicatárias em conta corrente em agência bancária devidamente credenciada pelo município no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar da data da notificação, ou quando for o caso, cobrada judicialmente.

7.6 - As multas de que trata este capítulo, serão descontadas do pagamento eventualmente devido pela Administração ou na impossibilidade de ser feito o desconto, recolhida pela adjudicatária em conta corrente em agência bancária devidamente credenciada pelo município no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar da notificação, ou quando for o caso, cobrado judicialmente.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

8.1 - A rescisão contratual poderá ser determinada por ato unilateral e escrita da Administração Municipal, nos casos enumerados nos incisos I, XII e XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93;

CLÁUSULA NONA - DA PUBLICAÇÃO

9.1. Dentro do prazo legal, contado de sua assinatura, o CONTRATANTE providenciará a publicação de resumo deste Contrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

10.1 - A fiscalização da execução do objeto ora contratado será realizada por funcionário da CONTRATANTE, designada pela autoridade competente através do Decreto Nº 14.399 de 10 de julho de 2023, conforme dispõe o art. 67 da Lei Federal 8.666/93.

Parágrafo Único - Poderá a fiscalização ordenar a suspensão total ou parcial da entrega do produto, caso não sejam atendidas, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, as reclamações que fizer, sem prejuízo de outras sanções que possam se aplicar a **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

11.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Porto Murtinho Estado de Mato Grosso do Sul, para dirimir questões oriundas deste Contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, lavrou-se o presente termo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, as quais foram lida e assinadas pelas partes contratantes, na presença de duas testemunhas.

Porto Murtinho/MS, ____/____/2023.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CONTRATADO

Testemunhas:

1 - _____

2 - _____

ANEXO II
MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO

Processo Administrativo nº/2023
Modalidade: Pregão Presencial nº/2023

A (nome da pessoa jurídica), inscrita no CNPJ/MEI sob o nº 00.000.000/0000-00, com sede no endereço _____, CREDENCIA o(a) Senhor(a) _____ (nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil), (Profissão e endereço) _____, para participar das reuniões relativas ao processo licitatório acima referenciado (ou de forma genérica para licitações em geral), o qual está autorizado a requerer vistas de documentos e propostas, manifestar-se em nome da licitante, desistir e interpor recursos, assinar propostas comerciais, apresentar lances verbais, negociar preços e demais condições, confessar, transigir, desistir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, rubricar documentos, assinar atas e praticar todos os atos necessários ao procedimento licitatório, a que tudo dará por firme e valioso.

Local e data.-----

Assinatura

Observações:

- Utilizar preferencialmente papel timbrado da licitante;
- Identificar o signatário e utilizar carimbo padronizado da empresa;

ANEXO III
(MODELO DE PROCURAÇÃO)

OUTORGANTE: (nome, endereço, razão social da pessoa jurídica com demais informações cabíveis de natureza legal)

OUTORGADO: (nome e qualificação)

OBJETO: Representar a outorgante perante a Prefeitura Municipal de Porto Murtinho/MS, no Pregão Presencial nº

PODERES: Retirar editais, apresentar documentação e proposta, participar de sessões públicas de habilitação e julgamento da documentação e das propostas de preços, assinar as respectivas atas, Ata de Registro de Preços (instrumento de compromisso), registrar ocorrências, formular impugnações, interpor recursos, renunciar o direito de recursos, bem como assinar contratos e quaisquer documentos, indispensáveis ao fiel cumprimento do presente mandato.

Localidade,.....de.....de

.....

(assinatura, nome e CPF do outorgante)

ANEXO IV
MODELO DE DECLARAÇÃO DE PLENO CUMPRIMENTO AOS
REQUISITOS DA HABILITAÇÃO

Processo Administrativo nº/2023
Modalidade: Pregão Presencial nº/2023

A (NOME DA pessoa jurídica), inscrita no CNPJ/MEI sob o nº 00.000.000/0000-00, com sede no endereço: _____, representada neste ato pelo(s) (diretores ou sócios, com qualificação completa – nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço) _____, na condição de interessada em participar da licitação em epígrafe que se encontra autuada no processo administrativo indicado, sob penas da Lei, QUE CUMPRE EM SUA PLENITUDE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO.

Local e data. _____

(Assinatura do Representante da pessoa jurídica)

ANEXO V
MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA
EMPRESA DE PEQUENO PORTE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Processo Administrativo nº/2023
Modalidade: Pregão Presencial nº/2023

A (NOME/RAZÃO SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA) _____, inscrita no CNPJ/MEI sob o nº 00.000.000/0000-00, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) _____, portador da Carteira de Identidade nº _____ e CPF nº 000.000.000-00, DECLARA, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da Lei, que sua pessoa jurídica se enquadra como _____, e cumpre os termos da legislação vigente, artigos 3º e 42º a 49º da Lei Complementar Nº 123 de 14/12/06, não possuindo nenhum dos impedimentos previstos nos incisos do §4º do artigo 3º da referida Lei.

Local e data. _____

(Assinatura do Representante da pessoa jurídica)

Contador: nome e assinatura
CRC nº _____

ANEXO VI
MODELO DE DECLARAÇÃO

A pessoa jurídica....., devidamente inscrita no CNPJ sob o nº , sediada na Rua , nº , Bairro nº , na cidade de , estado , através do seu representante legal, infra-assinado, e para os fins de participação do certame licitatório **PREGÃO PRESENCIAL Nº ____/2023, DECLARA**, expressamente, sob as penalidades cabíveis, que:

a) detém conhecimento de todos os parâmetros e elementos do objeto da licitação e que sua proposta atende integralmente os requisitos constantes do Edital supracitado;

b) que inexistente fato superveniente impeditivo de habilitação, na forma do art. 32, § 2º, da Lei nº 8.666/93 e suas modificações introduzidas posteriormente;

c) que não está inadimplente com fornecimento de itens, nem descumpriu quaisquer contratações junto à Administração Pública Federal, Estadual e Municipal;

d) para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666/93, acrescido pela Lei nº 9.854/99, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezois anos.

Ressalva: () emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.

Nome e Assinatura do representante legal
Carimbo CNPJ/MEI

ANEXO VII
TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO:

O presente objeto tem como finalidade a realização de licitação para contratação de empresa especializada em tecnologia da informação para o **FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO DE SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE SAÚDE WEB/LOCAL SIMULTANEAMENTE**, totalmente integrado com os sistemas do Ministério da Saúde, ESUS, BPA, AIH, RAAS, SPNI, RNDS e TFD, com prontuário eletrônico integrado entre as unidades de saúde e a secretaria municipal, podendo trabalhar via intranet e internet, com servidor local ou em nuvem, com serviços de implantação, customização, manutenções preventivas, corretivas, adaptativas e evolutivas, suporte técnico, treinamento e assessoria pontuais, conforme condições, descrições, quantidades, exigências estabelecidas no termo de referência, por um período de 12 (doze) meses.

DESTINAÇÃO DO OBJETO:

Atender a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Porto Murtinho – MS.

2. DA ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA:

| LOTE | QUANT. | UNID | DESCRIÇÃO | Valor Unitário | Valor Total |
|---------|--------|-------|--|----------------|-------------|
| LOTE 01 | 01 | Serv. | Conversão e Implantação (configuração de sistemas de gestão web/local) para gestão da saúde com módulos integrados em base única, com comodato de servidor de dados local para replicação das informações em nuvem. Incluso treinamento para os servidores de cada setor da Secretaria Municipal de Saúde. | | |
| | 12 | Mês | Locação de software de Gestão de Saúde Pública no formato web e local simultaneamente, com módulos totalmente integrados em base única, incluso cessão de direito de uso. | | |

3. DA JUSTIFICATIVA DO OBJETO;

3.1. Justificativa da Necessidade: A Secretaria Municipal de Saúde de Porto Murtinho-MS, possui um extenso serviço prestado ao munícipe contribuinte e para garantir maior gestão e transparência investe numa solução inteligente e eficiente que visa:

3.1.1. Prover o FMS com uma solução tecnologicamente atual e homogênea, integrando as informações de saúde.

3.1.2. Organização do acervo disponível de informações existentes, numa base de dados integrada e estruturada; c) Criação de pontos de fusão digital baseado nas informações do Sistema para ampla socialização do conhecimento, como também realizar ações de monitoramento e avaliação da gestão;

3.1.3. Manter a melhoria da execução de atividades e gerenciamento de informações da área da Saúde do Município de Porto Murtinho-MS;

3.1.4. Manter continuamente a economia de recursos públicos e a redução de retrabalho, contribuindo para o aumento da produtividade dos servidores envolvidos;

3.1.5. Consolidação dos relatórios de dados entre todas as entidades que fazem parte da Secretaria de saúde, (Estabelecimentos de Saúde, Vigilância em Saúde, setores da gestão da Secretária de saúde, entre outros) possibilitando um melhor planejamento das ações;

3.2. O atual momento expôs a importância de ferramentas de monitoramento perante as doenças com potencial epidemiológico, como dengue, sífilis e outras doenças definidas pelo Ministério da Saúde como agravos notificáveis. O monitoramento dessas doenças de forma efetiva garante maior segurança à população, além de auxiliar o gestor a definir suas prioridades na elaboração de políticas públicas.

3.3. Por outro lado, à luz da Portaria 3.222/2019 do Ministério da Saúde, que define os indicadores de pagamento por desempenho das equipes de Atenção Primária, tornou-se essencial que a Secretaria de Saúde adote um modelo de gestão baseada em dados, utilizando-se de ferramentas que auxiliam o acompanhamento dos dados de atendimentos necessários para a alimentação dos indicadores de desempenho avaliados pelo Ministério da Saúde, principalmente com detalhamento de desempenho por equipe de Atenção Primária. A ferramenta disponibilizada pelo referido Ministério da Saúde e atualmente utilizada pelo município, permite o acompanhamento de indicadores apenas após o término do quadrimestre de referência, impossibilitando que o gestor tome alguma decisão necessária para melhoria dos indicadores durante o período no qual eles estão sendo monitorados. Destarte, infere-se como fundamental uma ferramenta capaz de fornecer esses dados a qualquer momento à Secretaria de Saúde, sob risco de perda de recursos federais repassados para as Equipes de Atenção Primária.

3.4. Do mesmo modo, tem-se observado a necessidade de que as equipes de Atenção Primária façam um monitoramento ativo de toda a população residente dentro de sua área de abrangência ou que seja acompanhada pela equipe. Dessa forma, é indispensável que cada equipe de saúde seja capaz de identificar, de forma rápida e assertiva, quais cidadãos estão necessitando de acompanhamento, seja por possuírem condições de saúde específicas, ou por participarem de grupos populacionais que precisam de acompanhamento de saúde. Devido à grande quantidade de pessoas que estão sob acompanhamento das equipes, e também a quantidade de variáveis avaliadas para o monitoramento eficaz, é essencial que essa identificação dos pacientes seja realizada com o auxílio de um sistema informatizado, integrado aos processos de trabalho de toda a rede de saúde do município, e que ofereça ferramentas para fácil identificação dessas pessoas que se enquadram em algum tipo de monitoramento, mas que não estão sendo atendidas na rede de saúde municipal.

3.5. Dai a necessidade de software com tecnologia de ponta que aceite a integração total com os sistemas do Ministério da Saúde, ESUS, BPA, AIH, RAAS, SPNI, RNDS e TFD, com prontuário eletrônico integrado entre as unidades de saúde e a secretaria municipal, podendo trabalhar via intranet e internet, atendendo assim o que preconiza as Portaria nº 2.983/2019, por meio da alteração das Portarias de Consolidação nº 5/GM/MS e nº 6/GM/MS/2017. portaria nº 2.436/2017, Portaria nº 940/GM/MS/2011, que *regulamenta o Sistema Cartão Nacional de Saúde (Sistema Cartão)*.

4. SERVIÇOS CORRELATOS E CONDIÇÕES DE SEU RECEBIMENTO.

4.1. Os serviços, objeto desta licitação, também compreendem:

4.1.1. A conversão/migração e o aproveitamento de todos os dados cadastrais e informações históricas dos sistemas em uso são de responsabilidade da empresa proponente, com disponibilização dos mesmos pela Administração Municipal.

4.1.2. Ao final dos serviços de conversão, o Município de Porto Murtinho-MS, através da Secretaria Municipal de Saúde, fará testes visando a validação dos dados convertidos como condição essencial à liquidação e pagamento de tais serviços, sem prejuízo da aplicação de penalidades em caso de identificação futura de erros e incorreções.

4.1.3. O recebimento dos serviços, tratado no item anterior, se dará individualmente para cada base convertida, devendo ser obrigatoriamente ultimado com o acompanhamento da Secretária ou chefe de setor interessado, sendo que tais procedimentos deverão ser formais e instrumentalizados.

4.2. IMPLANTAÇÃO (CONFIGURAÇÃO E PARAMETRIZAÇÃO)

4.2.1. Para cada um dos softwares/módulos licitados, quando couber, deverão ser cumpridas as atividades de: conversão, instalação, configuração, parametrização e treinamento; além disso, caberá ainda a adequação e ou criação de fichas, relatórios e logotipos; estruturação dos níveis de acesso e habilitações dos usuários;

4.2.2. Acompanhamento dos servidores usuários do sistema no prédio sede da Secretaria Municipal de

Saúde em tempo integral na fase de implantação e treinamento e parametrização do objeto.

4.2.3. Na implantação dos sistemas acima discriminados, deverão ser cumpridas as seguintes etapas:

- a. Entrega da conversão dos dados (caso necessário);
- b. Instalação e configuração dos sistemas licitados;
- c. Customização dos sistemas;
- d. Adequação de relatórios e logotipos;
- e. Parametrização inicial de tabelas e cadastros;
- f. Estruturação dos níveis de acesso;

4.2.4. O recebimento dos serviços de implantação se dará mediante aceite formal, devendo ser obrigatoriamente antecedido de procedimentos de validação pela secretária ou chefe de setor onde o módulo do sistema foi implantado, sendo que estes deverão ser formais e instrumentalizados em observância às exigências técnicas do edital.

4.2.5. Todas as decisões e entendimentos havidos entre as partes durante o andamento dos trabalhos e que impliquem em modificações ou implementações nos planos, cronogramas ou atividades pactuadas, deverão ser previa e formalmente acordados e documentados entre as partes.

4.2.6. A empresa contratada responderá pelas perdas, reproduções indevidas e/ou adulterações que por ventura venham a ocorrer nas informações da CONTRATANTE, quando estas estiverem sob sua responsabilidade.

4.2.7. A empresa contratada e os membros da equipe guardarão sigilo absoluto sobre os dados e informações do objeto da prestação de serviços ou quaisquer outras informações a que venham a ter conhecimento em decorrência da execução das atividades previstas no contrato, respondendo contratual e legalmente pela inobservância desta alínea, inclusive após o término do contrato.

4.3. TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO

4.3.1. A empresa contratada efetuará os treinamentos aos servidores públicos indicados pela Secretaria Municipal de Saúde, que deverá ser realizado dentro do prazo de implantação, compreendendo o uso das funções do sistema pertencente a sua área de responsabilidade, conhecimento sobre as parametrizações a serem usadas e uso das rotinas de segurança.

4.4. SUPORTE TECNICO

4.4.1. O atendimento da solicitação do suporte deverá ser realizado na sede da Secretaria Municipal solicitante, por técnico apto a prover o devido suporte ao sistema, com o objetivo de:

- a) Auxílio na recuperação da base de dados por problemas originados em erros de operação, queda de energia ou falha de equipamentos, desde que não exista backup adequado para satisfazer as necessidades de segurança;
- b) Treinamento dos usuários da Secretaria Municipal de Saúde na operação ou utilização do sistema em função de substituição de pessoal, tendo em vista demissões, mudanças de cargos, etc.;
- c) Elaboração de quaisquer atividades técnicas relacionadas à utilização dos sistemas após a implantação e utilização dos mesmos, como: gerar/validar arquivos para Órgão Governamental, Tribunal de Contas, auxílio na legislação, na área de informática, entre outros.
- d) Será aceito suporte no sistema licitado via acesso remoto mediante autorização previa, sendo de responsabilidade da contratada o sigilo e segurança das informações, devendo ser garantido atendimento para pedidos de suporte telefônico no horário das 7h00min às 17h00min de segunda a sexta-feira e com plantão em horário diferenciado (noturno e final de semana)
- e) O recebimento dos serviços de suporte técnico in loco se dará mediante liquidação, pelo setor

competente, dos serviços indicados em documento próprio da proponente, que pormenorizadamente relate os serviços prestados e o tempo despendido para tanto.

4.5. RECURSOS COMPUTACIONAIS

4.5.1. Os softwares propostos deverão rodar em um **único Servidor Interno (base Local)** disponibilizado pela contratada, e que garanta a redundância das informações em Servidor Externo (**web**) a fim de que esta não acarrete prejuízo de inserção ou perda das informações, onde as configurações mínimas exigidas para o servidor interno deverá ser:

| | |
|--|--|
| Arquitetura operacional | WEB 3 Camadas |
| Protocolo de comunicação de rede | TCP/IP |
| Sistema operacional do servidor | LINUX |
| Sistema operacional cliente (estações) | WINDOWS XP superior ou Linux |
| Quando em ambiente web (Datacenter) | Rodar a partir de qualquer navegador em Datacenter sob total responsabilidade da proponente. |

4.5.2. Os sistemas propostos deverão rodar preferencialmente com as seguintes configurações mínimas de hardware:

| | |
|-------------------|--------------------------------------|
| Hardware servidor | DUAL CORE COM 4.0 GHZ – 4GB RAM |
| Hardware cliente | PENTIUM III COM 900 MHZ – 1024MB RAM |

4.6. INTEGRAÇÕES MINIMAS OBRIGATÓRIAS EXIGIDAS:

- Software de saúde Web/Local;
- Integração total dos Cadastros de Pessoa Física entre os módulos;
- Cadastro de famílias integrado com cadastros de pessoas.
- Cadastro único de todas as pessoas e domicílios.
- Gestão hospitalar totalmente integrada a atenção básica, sem necessidade de acessar sistemas diferentes.

4.7. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS MINIMAS OBRIGATÓRIAS DOS SOFTWARES/MÓDULOS.

4.7.1. SAÚDE PÚBLICA WEB

4.7.1.1. Cadastros

- O sistema deve permitir cadastrar o paciente gerando número único no SOFTWARE.
- O sistema deve permitir vincular o número do cadastro do paciente ao número do cartão nacional de saúde.
- O sistema deve fazer a validação do número do cartão nacional.
- O sistema deve permitir vincular a foto paciente ao cadastro.
- O sistema deve permitir cadastrar a(s) deficiência(s) do paciente.
- O sistema não deve permitir cadastro com duplicidade, fazendo validações de acordo com os dados informados no cadastro.
- O sistema deve permitir a impressão da ficha cadastral do paciente.
- O sistema deve permitir a impressão da carteira paciente.
- O sistema deve possibilitar a realização da busca do paciente através do número do paciente, data de nascimento, número do cartão nacional de saúde ou nome da mãe.
- O sistema deve permitir a emissão de cartões dos pacientes cadastrados, contendo: nome do paciente, data de nascimento, nome da mãe, número do cartão paciente e número do cartão SUS.
- O sistema deve informar se paciente é doador de sangue.
- O sistema deve informar tipagem Sanguínea do paciente.
- O sistema deve permitir controle de auditoria no cadastro Pessoa Física.
- O sistema deve permitir cadastrar profissionais com suas devidas ocupações e perfis de Atendimento.

- O sistema deve permitir cadastrar Pessoas Jurídicas.
- O sistema permitir o cadastro de novas CID's ou que seja feita alterações na mesma.
- O sistema deve permitir que seja cadastrado novos Bairros, Endereços, regiões e domicílios.
- O sistema deve permitir que seja cadastrado estoque, entidade, funções, tipos de exames, guichês do estoque, produtos no estoque e gestores do hórus.
- O sistema deve permitir cadastrar laboratórios e hospitais.
- O Permitir o cadastramento de profissionais, ocupação, ocupação por profissional, ine, operações e perfil de consultório.
- O sistema deve permitir cadastrar formas de abastecimento de água.
- O sistema deve permitir cadastrar as áreas da família.
- O sistema deve permitir cadastrar formas de destino de fezes e urinas.
- O sistema deve permitir cadastrar formas de destino do lixo.
- O sistema deve permitir cadastrar famílias e famílias nas micro áreas.
- O sistema deve permitir cadastrar formas de tratamento de água.
- O sistema deve permitir cadastrar centro de custo, fabricantes, formas, insumos, materiais, medicamentos, motivos de perdas, produtos no gestor e unidades de medida.
- O sistema deve permitir cadastrar tipos de documentos no cadastro do paciente.
- O sistema deve permitir cadastrar contas correntes, planos de contas e recursos.
- O sistema deve permitir cadastrar acomodações, estruturas do hospital e leitos.
- O sistema deve permitir cadastrar bancadas, etiquetas, exame, grupo de resultados, material, métodos, motivos de impedimento e tipos de exames.
- O sistema deve permitir cadastrar exames radiológicos, médicos, resultados de exames radiológicos e laudo de resultados de exames radiológicos.
- O sistema deve permitir cadastrar convênios, tipos de ocorrências e tipos de consulta.
- O sistema deve permitir cadastrar viaturas e tipos de origem.
- O sistema deve permitir cadastrar doses, especialidades, exames e medicamentos por cid, faixa etária, gestante, grupo de prescrições, grupos de atendimento, hipertensos e diabéticos, modelo de prescrição, motivos de impedimento, perfil de especialidades, perfil de soap, tipos de cancelamento, vacinas e de anamneses.
- O sistema deve permitir cadastrar os tipos de desfechos.

4.7.1.2. Atendimentos

- O sistema deve permitir o registro de atendimento de todos os pacientes.
- O sistema deve informar nome Social (Decreto nº8.727,28 de abril de 2016) para o Atendimento do paciente.
- O sistema deve permitir a vinculação do atendimento do paciente a um profissional e ocupação.
- O sistema deve permitir a vinculação dos pacientes aos grupos de atendimento pré-cadastrados.
- O sistema deve informar ao usuário, o ultimo atendimento do paciente, constando a unidade de saúde, data, hora e profissional que atendeu.
- O sistema deve informar ao usuário, o próximo agendamento do paciente, constando a unidade de saúde, data, hora e profissional que irá atendê-lo.
- O sistema deve possibilitar o lançamento da pré-consulta, pelo usuário responsável pelo atendimento.
- O sistema deve possibilitar a realização da classificação de risco na pré-consulta.
- O sistema deve permitir o faturamento automático da pré-consulta.
- O sistema deve criar agenda de atendimento definindo intervalos variados de horários e número de vagas.
- O sistema deve informar Paciente Gestante.
- O sistema deve informar Paciente com Necessidades Especiais.
- O sistema deve informar Usuário que realizou última atualização cadastral do paciente, data/hora.
- O sistema deve informar a Fila de Atendimento.
- O sistema deve permitir bloquear agendas de atendimento, total ou parcialmente, discriminando os motivos de bloqueio.
- O sistema deve permitir o agendamento do atendimento dos pacientes.
- O sistema deve permitir transferir marcações de agenda de um determinado paciente.
- O sistema deve permitir o cancelamento da agenda do atendimento dos pacientes.

- O sistema deve permitir a replicação de agendas.
- O sistema deve permitir informar o prazo para agendar.
- O sistema deve permitir o registro do atendimento individual conforme E-SUS.
- O sistema deve permitir o registro do atendimento odontológico conforme E-SUS.
- O sistema deve permitir o registro da visita domiciliar conforme E-SUS.
- O sistema deve permitir o registro da atividade coletiva conforme E-SUS.
- O sistema deve permitir o registro da atividade coletiva por escola conforme E-SUS.
- O sistema deve permitir a digitalização e o histórico de documentos do paciente.
- O sistema deve permitir o agendamento de exames laboratoriais pela unidade de saúde.
- O sistema deve permitir a impressão de exames laboratoriais pela unidade de saúde.
- O sistema deve emitir relatório de atendimentos por período.
- O sistema deve emitir relatório de atendimentos por unidade de saúde.
- O sistema deve emitir relatório de atendimentos por profissional.
- O sistema deve emitir relatório de atendimentos por bairro.
- O sistema deve emitir relatório de atendimentos por cidade.
- O sistema deve emitir relatório do prontuário do paciente.
- O sistema deve permitir a consulta do georreferenciamento das Unidades de Saúde.
- O sistema deve permitir a consulta do georreferenciamento das Áreas.
- O sistema deve permitir a consulta do georreferenciamento das Micro-Áreas.
- O sistema deve permitir a consulta do georreferenciamento das Famílias cadastradas.
- O sistema deve gerar gráficos de atendimentos e procedimentos.
- O sistema deve apresentar gráficos de atendimento por hora.
- O sistema deve apresentar gráficos de atendimento por profissional.
- O sistema deve apresentar gráficos de indicadores da saúde.

4.7.1.3. Consultório médico

- O sistema deve permitir que o profissional responsável pelo atendimento anuncie o paciente através de um painel eletrônico.
- O sistema deve permitir a consulta da fila de espera para o usuário responsável pelo atendimento.
- O sistema deve ordenar o atendimento da fila de espera conforme Lei nº 10.048, de 08 de novembro de 2000, que trata do atendimento preferencial.
- O sistema deve permitir o registro da pré-consulta, pelo usuário responsável pelo atendimento.
- O sistema deve permitir o registro do atendimento médico, constando a queixa do paciente, exame físico, exame complementar e Hipótese Diagnóstica.
- O sistema deve permitir a consulta do histórico dos últimos atendimentos.
- O sistema deve permitir filtrar no histórico do paciente, os últimos atendimentos do mesmo profissional e da mesma especialidade.
- O sistema deve informar quando gestante na Fila de espera.
- O sistema deve permitir solicitar exames diretamente ao laboratório.
- O sistema deve permitir criar grupos de exames.
- O sistema deve permitir criar modelos prescrições.
- O sistema deve permitir a visualização/impressão dos exames realizados e liberados pelo Laboratório.
- O sistema deve permitir que o profissional responsável pelo atendimento possa bloquear o acesso do seu atendimento para que outro profissional não tenha acesso.
- O sistema deve permitir que o profissional responsável pelo atendimento possa bloquear o acesso do seu atendimento somente profissionais da mesma especialidade tenha acesso.
- O sistema deve permitir o registro de mais de um CID, no atendimento.
- O sistema deve permitir acrescentar imagens ao prontuário do paciente.
- O sistema deve possibilitar a prescrição e impressão de medicamentos.
- O sistema deve permitir o registro e emissão de atestados e comprovantes de atendimento médico.
- O sistema deve permitir o registro e impressão de solicitação de exames.
- O sistema deve permitir o registro e impressão de encaminhamentos médicos.
- O sistema deve permitir o registro e impressão de solicitação de vacinas.
- O sistema deve permitir o registro e impressão de solicitação de internação AIH.
- O sistema deve permitir o registro da consulta da Gestante conforme o sistema Sis-PréNatal.

- O sistema deve possibilitar o registro da consulta dos Hipertensos e Diabéticos conforme o sistema do Hiperdia.
- O sistema deve permitir que o profissional responsável pelo atendimento, informe um lembrete para o paciente na consulta onde somente o mesmo terá acesso.
- O sistema deve permitir que o profissional responsável pelo atendimento, informe os tipos de alergias a medicamentos e/ou outros que o paciente possua.
- O sistema deve permitir o faturamento automático da consulta.
- O sistema deve permitir a impressão do Atendimento Finalizado.
- O sistema deve permitir lançar atendimentos RAAS e fazer a exportação

4.7.1.4. Pronto Atendimento

- Permitir o registro de atendimento de todos os pacientes;
- Deve informar nome Social (Decreto nº8.727,28 de Abril de 2016) e o reconhecimento da identidade de gênero no atendimento a pacientes travestis e transexuais;
- Permitir o registro de atendimento do paciente e caso ele tenha já sido registrado, o usuário precisa ser notificado através de mensagem de alerta;
- Permitir que o profissional responsável pelo atendimento inicial, realize a atualização cadastral do paciente;
- Permitir a vinculação do atendimento do paciente a um setor de atendimento como: consulta médica, consulta odontológica e consulta de enfermagem;
- Deve informar ao usuário o último atendimento do paciente, constando a unidade de saúde, data, hora e profissional que atendeu;
- Deve possibilitar o acolhimento e a realização da classificação de risco segundo o protocolo de Manchester, contendo os 55 fluxogramas de classificação seguindo os parâmetros classificatórios do protocolo;
- Permitir o faturamento automático da sala de classificação de risco;
- Deve informar pacientes com sintomas de síndrome gripal;
- Deve informar paciente gestantes;
- Deve informar paciente com necessidades especiais;
- Deve informar paciente com autismo;
- Deve informar paciente com criança de colo;
- Permitir o acompanhamento pelos profissionais, do tempo médio de espera dos pacientes aguardando a classificação de risco, seguindo os parâmetros de classificação segundo o protocolo de Manchester;
- Deve informar ao profissional a fila de espera dos pacientes que estão aguardando ser classificados;
- Permitir o cancelamento dos pacientes que não compareceram ou evadiram do local do atendimento, informando o motivo do cancelamento;
- Permitir que os profissionais realizem uma nova classificação para pacientes que foram classificados, caso o quadro clínico do paciente sofra alterações;
- Permitir que o profissional responsável pelo atendimento anuncie o paciente através de um painel eletrônico, indicando para o paciente qual setor deve se encaminhar;
- Permitir a checagem de medicamento de acordo com o que foi prescrito pelo profissional responsável;
- Permitir que o usuário na sala de medicamento realize o aprazamento da medicação que foi prescrita;
- Permitir a consulta da fila de espera para o usuário responsável pelo atendimento, onde mesmo consiga ter acesso às informações de classificação do paciente como: Cor classificada e tempo de espera após classificação.
- Permitir um alerta ao usuário onde ele consiga identificar os pacientes que já extrapolaram o tempo de espera do atendimento segundo o protocolo de Manchester;
- Permitir o registro do atendimento médico, constando a queixa do paciente, exame físico, exame complementar e Hipótese Diagnóstica;
- Permitir ao usuário a visualização do atendimento que foi realizado na sala de classificação de risco;
- Permitir a consulta e impressão do histórico dos últimos atendimentos;

- Permitir a consulta e impressão do histórico dos exames realizados no laboratório;
- Permitir a consulta e impressão do histórico dos exames realizados na radiologia;
- Permitir filtrar no histórico do paciente, os últimos atendimentos do mesmo profissional e da mesma especialidade;
- Permitir que o profissional faça a emissão de laudos como: Procedimentos Ambulatoriais, Internação Hospitalar, Procedimentos Especiais, Mamografia e Cito patológico;
- Permitir a visualização/impressão dos exames realizados e liberados pelo laboratório;
- Permitir que o profissional responsável pelo atendimento, possa bloquear o acesso do seu atendimento para que outro profissional não tenha acesso;
- Permitir que o profissional responsável pelo atendimento, possa bloquear o acesso do seu atendimento somente profissionais da mesma especialidade tenha acesso;
- Permitir o registro de mais de um CID, no atendimento;
- Permitir acrescentar imagens ao prontuário do paciente;
- Deve possibilitar a prescrição e impressão de medicamentos;
- Permitir o registro e emissão de atestados e comprovantes de atendimento médico;
- Permitir o registro e impressão de solicitação de exames;
- Permitir o registro e impressão de encaminhamentos médicos;
- Permitir o registro e impressão de solicitação de internação AIH;
- Permitir que o profissional responsável pelo atendimento consiga encaminhar o paciente para os demais setores de atendimentos;
- Permitir a consulta do histórico de atendimento paciente;
- Permitir que usuário realize o lançamento dos dados clínicos do paciente e acompanhamento das evoluções lançadas anteriormente por outros profissionais;
- Permitir que o usuário registre os pedidos de exames, medicamentos prescritos, rotinas de cuidados ao paciente, emissão de laudos, atestados e declarações de atendimentos.
- Permitir o registro da alta do paciente e motivo da mesma;

4.7.1.5. Consultório médico do Pronto Atendimento

- Permitir que o profissional responsável pelo atendimento anuncie o paciente através de um painel eletrônico;
- Permitir que o profissional responsável pelo atendimento realize a consulta da fila de espera, onde o mesmo consiga ter acesso às informações de classificação do paciente como: cor classificada e tempo de espera após classificação;
- Deve ordenar o atendimento da fila de espera conforme Lei nº 10.048, de atendimento preferencial;
- Permitir um alerta ao profissional onde ele consiga identificar os pacientes que já excederam o tempo de espera do atendimento segundo o protocolo de Manchester;
- Permitir o registro do atendimento médico, constando a queixa do paciente, exame físico, exame complementar e hipótese diagnóstica;
- Permitir ao usuário a visualização do atendimento que foi realizado na sala de classificação de risco;
- Permitir a consulta do histórico dos últimos atendimentos;
- Permitir filtrar no histórico do paciente, os últimos atendimentos do mesmo profissional e da mesma especialidade;
- Deve informar quando gestante na Fila de espera;
- Deve informar quando idosos na Fila de espera;
- Deve informar quando doador de sangue na Fila de espera;
- Deve informar quando deficientes na Fila de espera;
- Deve informar quando criança na Fila de espera;
- Deve informar quando paciente com síndrome gripal na Fila de espera;
- Deve permitir que o profissional faça a emissão de laudos como: Procedimentos Ambulatoriais, Internação Hospitalar, Procedimentos Especiais, Mamografia e Citopatológico e SINAN;
- Permitir criar grupos de prescrições;
- Permitir a visualização/impressão dos exames realizados e liberados pelo laboratório;

- Permitir que o profissional responsável pelo atendimento, possa bloquear o acesso do seu atendimento para que outro profissional não tenha acesso;
- Permitir que o profissional responsável pelo atendimento, possa bloquear o acesso do seu atendimento somente profissionais da mesma especialidade tenha acesso;
- Permitir criar grupos de exames;
- Permitir criar prescrições;
- Permitir a consulta do histórico de medicamentos que foram prescritos pelos profissionais nos últimos atendimentos;
- Permitir a visualização/impressão dos exames realizados e liberados pelo Laboratório;
- Permitir o registro de mais de um CID no atendimento;
- Permitir acrescentar imagens ao prontuário do paciente;
- Deve possibilitar a prescrição e impressão de medicamentos;
- Permitir o registro e emissão de atestados e comprovantes de atendimento médico;
- Permitir o registro e impressão de solicitação de exames;
- Permitir o registro e impressão de encaminhamentos médicos;
- Permitir o registro e impressão de solicitação de internação AIH;
- Permitir que o profissional responsável pelo atendimento consiga encaminhar o paciente para os demais setores de atendimento como: consultório de enfermagem, consultório de assistência social, consultório odontológico e internação;
- Permitir que o profissional responsável pelo atendimento, informe um lembrete para o paciente na consulta onde somente o mesmo terá acesso;
- Permitir que o profissional responsável pelo atendimento, informe os tipos de alergias a medicamentos e/ou outros que o paciente possua;
- Permitir o faturamento automático da consulta;
- Permitir a impressão do Atendimento Finalizado;

4.7.1.6. Evolução Médica

- Permitir a consulta do histórico de atendimento do paciente;
- Permitir que usuário realize o lançamento dos dados clínicos do paciente e acompanhamento das evoluções lançadas anteriormente por outros profissionais;
- Permitir que o usuário registre os medicamentos prescritos, rotinas de cuidados ao paciente, emissão de laudos;
- Permitir o registro da alta do paciente e motivo da mesma;
- Permitir a impressão da evolução por profissional e por período;
- Permitir o lançamento de procedimentos realizados por evolução;
- Permitir o aprazamento de medicação e cuidados;
- Deve exibir uma classificação dos aprazamentos por: atrasados, realizados, próximo ao horário, reaprazados e cancelados;

4.7.1.7. Programa Saúde da família

- O sistema deve permitir cadastrar as áreas e microáreas.
- O sistema deve permitir cadastrar famílias.
- O sistema deve permitir cadastrar domicílios.
- O sistema deve permitir cadastrar equipes.
- O sistema deve permitir o registro das visitas dos agentes conforme E-SUS.
- O sistema deve ter um controle de quem pode liberar uma família de acordo com a área e microárea.
- O sistema deve permitir o registro e consulta das visitas conforme ficha de visita domiciliar do E-SUS, em dispositivo móvel, como Tablets, ou Smartphone.
- O sistema deve disponibilizar Relatórios das Visitas Realizadas, Acompanhamento, Gestantes, Patologias, Domicílios por Estrutura, Deficiências, Idade.
- O Sistema deve gerar relatório de conferencia antes do envio das exportações para o E-SUS
- O sistema deve permitir a exportação das informações geradas para o Sistema do E-SUS.

4.7.1.8. Faturamento

- O sistema deve utilizar o SIGTAP como instrumento de atualização da Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS.
- O sistema deve permitir a importação das tabelas do SIGTAP.
- O sistema deve permitir a importação de cadastro de profissionais e entidades através do CNES.
- O sistema deve permitir a geração do BPA Consolidado e Individualizado para serem importados pelo BPA Magnético.
- O sistema deve permitir o registro de procedimentos de atividades coletivas.
- O sistema deve permitir o lançamento dos procedimentos por Unidade de Saúde.
- O sistema deve permitir o lançamento dos procedimentos por Procedimento.
- O sistema deve permitir o lançamento dos procedimentos por Paciente.
- O sistema deve permitir o lançamento dos procedimentos por Atalhos.
- O sistema deve permitir o bloqueio do Faturamento.
- O sistema deve permitir a importação das fichas do E-SUS-PEC.
- O sistema deve emitir relatório de acompanhamento da produção contemplando em sua linha de detalhe as seguintes informações: Tipo de registro do BPA, competência, unidade, grupo, subgrupo, forma de organização, procedimento, valor e quantidade.
- O sistema deve emitir relatório do BPA.
- O sistema deve emitir relatório de BPA-I.
- O sistema deve emitir relatório de relação nominal.
- O sistema deve emitir relatório de procedimentos por unidade de saúde.
- O sistema deve emitir relatório de procedimentos por profissional.
- O sistema deve emitir relatório de procedimentos por CBO.
- O sistema deve emitir relatório de resumo de procedimentos mensal.

4.7.1.9 Imunização

- O sistema deve permitir o registro da imunização seguindo as especificações do PNI (Programa Nacional de Imunização).
- O sistema deve permitir a exportação de dados de imunização da atenção básica para o ESUS e assim o mesmo exportar para o SIPNI.
- (Programa Nacional de Imunização) gerando os relatórios necessários.
- O sistema deve emitir relatório de resumo de imunizações por unidade de saúde.
- O sistema deve emitir relatório de resumo de imunizações por idade.
- O sistema deve emitir relatório de resumo de imunizações tipos de vacina.
- O sistema deve emitir relatório de imunizações por paciente.
- O sistema deve emitir a emissão do cartão sombra vacinal do paciente.
- O sistema deve emitir a emissão do esquema vacinal.
- O Sistema deve permitir a integração para ESUS

4.7.1.10. Regulação

- O sistema deve permitir o registro de paciente na fila de espera.
- O sistema deve permitir o registro da agenda médica.
- O sistema deve permitir o controle de impedimentos da agenda médica.
- O sistema deve permitir o agendamento de pacientes por especialidade.
- O sistema deve permitir o agendamento de pacientes por ocupação.
- O sistema deve permitir o envio de SMS para o paciente quando houver vaga disponível.
- O sistema deve emitir relatório de demanda reprimida.
- O sistema deve emitir relatório de vagas disponíveis.
- O sistema deve emitir relatório de pacientes na fila de espera por tempo.
- O sistema deve permitir agendar por data e horário
- O sistema deve permitir agendar por unidade, data e horário
- O sistema deve permitir

4.7.1.11. Estoque / Almoxarifado

- O sistema deve permitir o cadastro de materiais e medicamentos.

- O sistema deve permitir o cadastro de multe estoques.
- O sistema deve permitir vincular os produtos ao estoque cadastrado.
- O sistema deve permitir parametrizar o estoque mínimo dos produtos por estoque cadastrado.
- O sistema deve permitir o registro da entrada dos produtos por fabricante, data de fabricação, data de vencimento, número do lote e valor unitário.
- O sistema deve permitir o registro da solicitação de produtos através de pedido.
- O sistema deve permitir o registro da transferência de produtos entre os estoques.
- O sistema deve permitir o registro o cadastramento de destinos de envio de produtos.
- O sistema deve permitir o registro da saída de produtos para os destinos previamente cadastrados.
- O sistema deve permitir o registro o cadastramento dos centros de custo.
- O sistema deve permitir o registro da saída de produtos para os centros de custo previamente cadastrados.
- O sistema deve permitir o registro de perdas e o motivo das perdas dos produtos.
- O sistema deve permitir a realização da correção do estoque.
- O sistema deve permitir o registro do controle de compras através de licitações.
- O sistema deve permitir o gerenciamento das licitações lançadas no sistema, com a baixa automática dos itens cadastrados.
- O sistema deve permitir a consulta do saldo dos produtos da licitação.
- O sistema deve permitir o envio do pedido de compra a fornecedor via e-mail.
- O sistema deve emitir relatório de entradas no estoque por fornecedor e período.
- O sistema deve emitir relatório de resumo de entradas por fornecedor e período.
- O sistema deve emitir relatório de média de entradas por fornecedor e período.
- O sistema deve emitir relatório de transferências por período.
- O sistema deve emitir relatório de saídas por destino e período.
- O sistema deve emitir relatório de resumo por destino e período.
- O sistema deve emitir relatório de média de saídas por destino e período.
- O sistema deve emitir relatório de perdas por período.
- O sistema deve emitir relatório de resumo der perdas por período.
- O sistema deve emitir relatório de saldo em estoque.
- O sistema deve emitir relatório de produtos a vencer.
- O sistema deve emitir relatório de históricos de entradas, saída, transferências e entregas por produto e número do lote.
- O sistema deve emitir relatório de fechamento do estoque mensal.
- O sistema deve emitir relatório de fechamento do estoque trimestral.
- O sistema deve emitir relatório de fechamento do estoque semestral.
- O sistema deve emitir relatório de fechamento do estoque anual.

4.7.1.12. Farmácia

- O sistema deve permitir a dispensação de medicamentos e materiais por paciente.
- O sistema deve permitir a dispensação de medicamentos e materiais por atendimento médico.
- O sistema deve permitir a dispensação de medicamentos e materiais por número de lote e validade.
- O sistema deve permitir controlar o prazo da prescrição do medicamento entregue ao paciente.
- O sistema deve permitir o controle de pedidos da farmácia para o almoxarifado.
- O sistema deve permitir a consulta dos medicamentos e materiais retirados pelo paciente por período.
- O sistema deve emitir relatório de medicamentos e materiais dispensados por paciente.
- O sistema deve emitir relatório nominal de pessoas que pegaram medicamentos e materiais na farmácia.
- O sistema deve emitir relatório de fechamento do estoque mensal.
- O sistema deve emitir relatório de fechamento do estoque trimestral.
- O sistema deve emitir relatório de fechamento do estoque semestral.
- O sistema deve emitir relatório de fechamento do estoque anual.
- O sistema deve permitir a exportação da movimentação do estoque para o sistema do HORUS.

4.7.1.13. Laboratório

- O sistema deve permitir o registro e caracterização dos exames pelo próprio laboratório.
- O sistema deve permitir o registro das referências dos exames por sexo.
- O sistema deve permitir o registro das referências dos exames por faixa de idade.
- O sistema deve permitir o registro das referências dos exames por raça.
- O sistema deve permitir a criação de postos de coleta sugeridos, vinculados às unidades de saúde.
- O sistema deve permitir o registro de bancada.
- O sistema deve permitir o registro do pedido por Paciente.
- O sistema deve permitir o registro do pedido por Número de Internação.
- O sistema deve permitir a realização do agendamento dos exames no laboratório e unidades de saúde.
- O sistema deve permitir o registro da confirmação da coleta.
- O sistema deve permitir o registro dos resultados dos exames por faixa etária de idade.
- O sistema deve permitir o registro dos resultados dos exames por sexo.
- O sistema deve permitir o registro dos resultados dos exames por raça.
- O sistema deve permitir a impressão dos resultados de exames nas unidades solicitantes e/ou postos de coleta.
- O sistema deve permitir a liberação de impressão dos resultados de exames já impressos.
- O sistema deve permitir a descentralização do agendamento dos exames para as unidades de saúde.
- O sistema deve permitir a impressão de mapas de trabalho por bancada e/ou por usuário, e/ou por exame, de acordo com a definição do laboratório.
- O sistema deve permitir a autenticidade e a liberação dos exames através de biometria para os bioquímicos.
- O sistema deve realizar o faturamento automático dos exames do convênio do SUS.
- O sistema deve emitir etiquetas para a coleta dos exames.
- O sistema deve emitir um comprovante do pedido realizado.
- O sistema deve emitir planilha de trabalho da coleta.
- O sistema deve emitir relatório exames realizado por período.
- O sistema deve emitir relatório de exames realizados por paciente.
- O sistema deve emitir relatório de exames realizados por profissional.
- O sistema deve emitir relatório de exames solicitados por profissional.
- O sistema deve emitir relatório dos exames faturamento por período.
- O sistema deve emitir gráfico de exames realizados.

4.7.1.14. Radiologia / Ultrassonografia

- O sistema deve permitir o cadastramento e caracterização dos exames.
- O sistema deve permitir a realização e agendamento dos exames.
- O sistema deve permitir a realização do agendamento dos exames nas unidades de saúde.
- O sistema deve permitir a impressão dos resultados de exames nas unidades de saúde e consultório médico.
- O sistema deve emitir comprovante de agendamento para o paciente.
- O Sistema deve realizar o auto faturamento dos exames do convênio do SUS.
- O sistema deve emitir relatório de exames realizados por período.
- O sistema deve emitir relatório de exames realizados por paciente.
- O sistema deve emitir relatório de exames realizados por profissional.
- O sistema deve emitir relatório de exames solicitados por profissional.
- O sistema deve emitir relatório dos exames faturamento por período.

4.7.1.15. Vigilância Sanitária

- O sistema deve permitir o registro dos estabelecimentos.
- O sistema deve permitir o registro e impressão de Alvarás.
- O sistema deve permitir o registro do faturamento das ações realizadas.
- O sistema deve permitir o registro das visitas.
- O sistema deve permitir o registro de denúncias.
- O sistema deve emitir relatório de atendimentos por profissional.
- O sistema deve emitir relatório de atendimentos por estabelecimentos.

4.7.1.16. Vigilância Epidemiológica

- O sistema deve permitir o registro de controle de declarações de nascimento.
- O sistema deve permitir o registro de controle de declarações de óbito.
- O sistema deve permitir o registro de controle de óbitos.
- O sistema deve permitir o registro de faturamento das ações realizadas.
- O sistema deve permitir a consulta do georreferenciamento das Unidades de Saúde.
- O sistema deve permitir a consulta do georreferenciamento das Áreas.
- O sistema deve permitir a consulta do georreferenciamento das Micro-Áreas.
- O sistema deve permitir a consulta do georreferenciamento das Famílias cadastrada.
- O sistema deve permitir a consulta do georreferenciamento de epidemias.

4.7.1.17. Controle de viagens

- O sistema deve permitir o registro de veículos.
- O sistema deve permitir o registro de agendamento de viagens.
- O sistema deve permitir o registro de viagens.
- O sistema deve permitir o registro dos profissionais que fizeram parte da viagem.
- O sistema deve permitir o registro dos pacientes que fizeram parte da viagem.
- O sistema deve permitir o registro de acompanhantes dos pacientes nas viagens.
- O sistema deve permitir o registro dos custos da viagem.
- O sistema deve permitir o registro dos custos com diárias.
- O sistema deve permitir o registro de notificações.
- O sistema deve emitir um bilhete de passagem do paciente e acompanhante.
- O sistema deve emitir relatório dos custos de viagens por período.
- O sistema deve emitir relatório dos custos de diárias por período.
- O sistema deve emitir relatório das viagens realizadas por profissional.
- O sistema deve emitir relatório das viagens realizadas por paciente.

4.7.1.18. Internação hospitalar

- O sistema deve permitir o registro das internações dos pacientes.
- O sistema deve permitir o faturamento baseado no SISAIH01.
- O sistema deve permitir o registro das informações na internação como justificativa, acompanhantes, solicitações e mudança de procedimentos e saídas.
- O sistema de permitir o faturamento dos procedimentos da internação.
- O sistema deve permitir o agendamento do centro cirúrgico.
- O sistema deve permitir o registro de Acomodações.
- O sistema deve permitir o registro de Estrutura Hospitalar.
- O sistema de permitir o controle de leitos.
- O sistema deve permitir a exportação para o sistema SISAIH01.
- O sistema deve permitir o controle dos acompanhantes dos pacientes internados.
- O sistema deve permitir a impressão do laudo a AIH.
- O sistema deve permitir a impressão do laudo de mudança de procedimento.
- O sistema deve permitir a impressão da ficha de internação.
- O sistema deve permitir a impressão do resumo de alta.
- O sistema deve permitir a impressão do boletim de infecção hospitalar.
- O sistema deve emitir relatório de internações realizadas por período.
- O sistema deve emitir relatório de internações realizadas por paciente.
- O sistema deve emitir relatório de internações realizadas por profissional.
- O sistema deve emitir relatório de internações solicitadas por profissional.
- O sistema deve emitir relatório de resumo de internações.
- O sistema deve emitir relatório de resumo de motivos das altas.
- O sistema deve emitir relatório de resumo de internações por caráter de atendimento.
- O sistema deve emitir relatório de resumo de internações por clínica medica.
- O sistema deve emitir relatório de resumo de internações por cidade de origem.
- O sistema deve emitir listagem de Óbitos.
- O sistema deve emitir listagem de Partos.

- O sistema deve emitir relatório de internações realizadas por Convênio.
- O sistema deve emitir relatório de Faturamento Sintético.
- O sistema deve emitir relatório de Faturamento Mensal por Especialidade.

4.7.1.19. ACS - Mobile

- O sistema deve permitir busca de pessoa física através do CNS do paciente, cadastro no CADWEB, utilizando os seguintes dados: Nome completo + data de nascimento, CPF, CNS Nome completo + nome de mãe completo;
- O sistema deve permitir o preenchimento do questionário autorreferido seguindo modelo estabelecido pelo ministério da saúde, e-SUS (ficha de cadastro Individual);
- O sistema deve permitir o cadastro de endereço com informativo de: Tipo de Logradouro, Bairro, UF, Município e CEP;
- O sistema deve permitir cadastro de domicílio familiar através dos endereços informados pelos profissionais;
- O sistema deve permitir o vínculo de domicílios cadastrados para com núcleos familiares, seguindo as regras estabelecidas pelo ministério da saúde;
- O sistema deve permitir a unificação de cadastros duplicados, evitando as perdas de informações, tanto online quanto offline;
- O sistema deve permitir o registro de visitas periódicas, pré-estabelecidas pelo ministério da saúde, para o núcleo familiar, tanto online quanto offline;
- O sistema deve permitir o registro de visitas de acompanhamento para os pacientes identificados no questionário autorreferido, contabilizando-se assim a produtividade do profissional, tanto online quanto offline;
- O sistema deve permitir o lançamento de atividades coletivas realizadas por equipe e/ou profissional, tanto online quanto offline;
- O sistema deve permitir a visualização gráfica de acompanhamento de visitas realizadas/famílias cadastradas;
- O sistema deve permitir o acompanhamento por meio de relatórios, tanto no dispositivo mobile, quanto no computador;
- O sistema deve permitir sincronização de dados com a base de dados;
- O sistema deve permitir o envio de backup, tanto de segurança quanto de análise de dados;
- O sistema deve permitir o mapeamento por triangulação de coordenadas;
- O sistema deve permitir consulta da média de tempos de visitas domiciliares realizadas;
- O sistema deve permitir o acesso individual por usuário e senha cadastrados pelos gestores e/ou administradores;
- O sistema deve disponibilizar de consulta ao suporte da empresa responsável pelo aplicativo

4.7.1.20. Portal do Cidadão

- O sistema deve permitir o acesso ao módulo através de usuário e senha;
- O sistema deve permitir a consulta do cadastro do usuário logado;
- O sistema deve permitir visualizar as consultas médicas agendadas de forma online;
- O sistema deve permitir a impressão de resultados de exames;
- O sistema deve permitir a consulta e impressão das vacinas aplicadas;
- O sistema deve permitir a consulta de informações estatísticas da pré-consulta;
- O sistema deve permitir a consulta da localidade das unidades de saúde;
- O sistema deve permitir o registro de reclamações, sugestões e elogios na ouvidoria;
- O sistema deve permitir a consulta e acompanhamento das reclamações na ouvidoria;

4.7.1.21. Gabinete do Prefeito

- O sistema deve emitir gráfico de Atendimento por Unidade de Saúde;
- O sistema deve emitir gráfico de Atendimento por Especialidade;
- O sistema deve emitir gráfico de Atendimento por Cidade;
- O sistema deve emitir gráfico de Atendimento por Hora;

- O sistema deve emitir gráfico de Atendimento por Sexo;
- O sistema deve emitir gráfico de Atendimento por Profissional;
- O sistema deve emitir gráfico de Atendimento por Classificação por IMC;
- O sistema deve emitir gráfico de Famílias Cadastradas x Visitadas;
- O sistema deve emitir gráfico de Gestantes Cadastradas x Gestantes Acompanhadas;
- O sistema deve emitir gráfico de Hipertenso / Diabéticos Cadastrados e Acompanhados;

4.7.1.22. SAMU

- O sistema deve permitir o registro dos atendimentos realizados pela equipe;
- O sistema deve permitir informar no atendimento o tipo de ocorrência;
- O sistema deve permitir informar no atendimento a relação do solicitante com a vítima;
- O sistema deve permitir informar no atendimento o nome, sexo e idade da vítima;
- O sistema deve permitir informar no atendimento o endereço em que se encontra a vítima;
- O sistema deve permitir informar no atendimento a classificação de risco da vítima;
- O sistema deve permitir informar no atendimento a Unidade de Saúde para onde a vítima será levada;
- O sistema deve permitir informar no atendimento a unidade móvel responsável pelo atendimento;
- O sistema deve emitir relatório de atendimentos por tipo de atendimento;
- O sistema deve emitir relatório de atendimentos por período;
- O sistema deve emitir relatório de atendimentos por cidade;
- O sistema deve emitir relatório de atendimentos por unidade móvel.

4.7.1.23. Tablet

- O aplicativo deve permitir busca de pessoa física através do CNS do paciente, cadastro no CADWEB, utilizando os seguintes dados: Nome completo + data de nascimento, CPF, CNS Nome completo + nome de mãe completo;
- O aplicativo deve permitir o preenchimento do questionário autorreferido seguindo modelo estabelecido pelo ministério da saúde, e-Sus (ficha de cadastro Individual);
- O aplicativo deve permitir o cadastro de endereço com informativo de: Tipo de Logradouro, Bairro, UF, Município e CEP;
- O aplicativo deve permitir cadastro de domicílio familiar através dos endereços informados pelos profissionais;
- O aplicativo deve permitir o vínculo de domicílios cadastrados para com núcleos familiares, seguindo as regras estabelecidas pelo ministério da saúde;
- O aplicativo deve permitir a unificação de cadastros duplicados, evitando as perdas de informações, tanto online quanto offline;
- O aplicativo deve permitir o registro de visitas periódicas, pré-estabelecidas pelo ministério da saúde, para o núcleo familiar, tanto online quanto offline;
- O aplicativo deve permitir o registro de visitas de acompanhamento para os pacientes identificados no questionário autorreferido, contabilizando-se assim a produtividade do profissional, tanto online quanto offline;
- O aplicativo deve permitir o lançamento de atividades coletivas realizadas por equipe e/ou profissional, tanto online quanto offline;
- O aplicativo deve permitir a visualização gráfica de acompanhamento de visitas realizadas/famílias cadastradas;
- O aplicativo deve permitir o acompanhamento por meio de relatórios, tanto no dispositivo mobile, quanto no computador;
- O aplicativo deve permitir sincronização de dados com a base de dados;
- O aplicativo deve permitir o envio de backup, tanto de segurança quanto de análise de dados;
- O aplicativo deve permitir o mapeamento por triangulação de coordenadas;
- O aplicativo deve permitir consulta da média de tempos de visitas domiciliares realizadas;
- O aplicativo deve permitir o acesso individual por usuário e senha cadastrados pelos gestores e/ou administradores;
- O aplicativo deve disponibilizar de consulta ao suporte da empresa responsável pelo aplicativo.

4.7.1.24. Geral

- O sistema deve permitir o envio de mensagens entre usuários do sistema.
- O sistema deve disponibilizar chat para os usuários do sistema.
- O sistema deve possuir controle de avisos aos pacientes quando buscarem atendimento.
- O sistema deve possuir controle de avisos aos usuários do sistema.
- O sistema deve possuir agenda de contatos.
- O sistema deve possuir biblioteca virtual, possibilitando anexar mais de um arquivo.
- O sistema deve permitir o envio de SMS.

5. DEVERES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. Fornecer as licenças de uso do software conforme especificações técnicas definidas pela administração, não podendo nunca ser inferior a esta.

5.2. Fornecer suporte técnico, das formas: presenciais e remotos nos horários das 07h30m as 11h30m e das 13h30m as 17h30m de segunda a sexta feira.

5.3. A contratante em suas atualizações de software, ou exclusão e inclusão para melhoria na qualidade dos serviços prestados não poderá ter ônus adicionais cobrado da contratante.

5.4. Fornecer assistência em horário comercial por telefone, para as unidades de saúde, pronto atendimento para análise, diagnóstico e solução de problemas relacionados aos sistemas que fazem parte do objeto.

5.5. Fornecer atendimento in loco as dúvidas sobre operação dos sistemas por parte dos usuários da SMS, pelo tempo que for necessário (REMOTO).

5.6. A contratada deverá num prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas oferecer devolutiva com prezo de atendimento para tal solicitação.

5.7. Fornecer comunicação remota com o ambiente computacional para atualização de programas, transferência de arquivos e outras atividades relacionadas à atualização de programas, suporte técnico e manutenção.

5.8. A contratada devesse fornecer a migração das informações de sistemas legados desta Secretaria Municipal de Saúde para atender às necessidades de implantação dos sistemas deste Termo de Referência. A migração inclui cadastro básico de cidadãos e atualização do CNES. No cadastro básico dos cidadãos, deverá ser avaliada sua qualidade e decidido se será importado para o sistema. Quando o formato dos campos do cadastro do sistema de origem impedir a migração direta entre os sistemas, deverá ser criado um espaço que possibilite a consulta textual nestes registros.

5.9. A contratada devesse arcar com todos as despesas de deslocamento, estadia e alimentação na execução dos serviços a serem realizado in loco de acordo com as demandas que forem surgindo.

5.10. A contratada devesse executar os serviços implantação, treinamento, atualização de sistema, modificações, atendimento com acesso remoto, ou in loco, importações e exportação de dados, compatibilidade de sistemas e locação mensal do software de saúde.

5.11. A contratada devesse cumprir na íntegra o termo de referencia e estudo técnico preliminar.

6.12 A contratada devesse informar ao gestor (a) da secretaria por escrito, sempre que encontrar resistência por parte de servidores profissionais de saúde na capacitação, operacionalização do sistema, para que não aja descontinuidade nas informações de dados no software de gestão em saúde.

6.13. A contratada devesse fornecer como parte de suas obrigações as correções das inconsistências e transmissão de dados, mantendo assim a total integração dos sistemas.

6. DEVERES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

6.1. O responsável pelo setor de faturamento juntamente com o fiscal de contrato, serão designados para acompanhar e fiscalizar as entregas do objeto ora licitado.

6.2. Deverá ser rejeitada a licença de uso do software que não atender aos requisitos constantes das especificações.

6.3. O pagamento deverá ser efetuado mensalmente mediante crédito em conta corrente em nome da empresa contratada em até 30 (trinta) dia da emissão da nota fiscal devidamente atestada pelo fiscal de contrato, e setor de faturamento, acompanhado do relatório mensal do serviço realizado, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", combinado com o art. 73, inciso II, alínea "b", da Lei nº 8.666/93.

6.4. Recusar com a devida justificativa qualquer serviço entregue fora das especificações constantes na proposta da CONTRATADA.

6.5. Exigir dos profissionais da saúde participação nas capacitações e aprimoramento na utilização do software de saúde durante seu trabalho, em caso de recusa sem justificativa plausível será advertido conforme a lei complementar de nº 001/1991, lei complementar nº 008/2002 art. 192, 201, 206.

6.5. Exigir da contratada suporte técnicos especializados com atendimento in loco, virtual, acesso remoto, WhatsApp, telefone móvel ou fixo.

7. DO PRAZO E DA VIGÊNCIA:

7.1. O prazo de vigência do instrumento contratual será de 12 (doze) meses, contados da data da assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos havendo interesse entre as partes, em conformidade com a Lei 8666/1993 e suas alterações em prazo legal determinado e leis atualizadas, podendo aderir legislações vindouras da mesma lei e suas alterações.

8. LOCAL DE ENTREGA DO OBJETO:

8.1. O objeto deste termo de referencia deverá ser entregue com implantação e conversão, capacitação, orientação o software de Gestão Publica em Saúde com licença de uso de sistema integrado de gestão de saúde web/local simultaneamente e totalmente integrado com os sistemas do Ministério da Saúde, ESUS, BPA, AIH, RAAS, SPNI, RND e TFD, com prontuário eletrônico integrado entre as unidades de saúde e a secretaria municipal, podendo trabalhar via intranet e internet, com servidor local ou em nuvem, com serviços de implantação, customização, manutenções preventivas, corretivas, adaptativas e evolutivas, suporte técnico, treinamento e assessoria pontuais, na Secretaria Municipal de Saúde de Porto Murtinho – MS.

9. DO PRAZO DE ENTREGA:

9.1. O início dos serviços deverá ocorrer em até 05 (cinco) dias uteis da assinatura do contrato, os serviços de conversão de base de dados, instalação, configuração e treinamento deverão ser realizados em até 30 (trinta) dias corrido após o início dos serviços e serão acordados com as secretarias solicitantes.

10. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

10.1. Os recursos orçamentários para as despesas do objeto da contratação correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

| LOTE | QUANT | UNID. | DESCRIÇÃO | Proj/Ativ | Elemento de Despesas |
|------------|-------|-------|--|-----------|---|
| LOTE 01 | 01 | Serv. | Conversão e Implantação | 2.075 | 228.3.3.90.40.00.00.00.00.0.1.621 (0621) Serviços de Tecnologia da Informática |
| | 12 | Mês | Locação de software de Gestão de Saúde Publica | 2.080 | 229-3.3.90.40.00.00.00.00.0.1.500 (0500) Serviços de Tecnologia da Informática. |
| | | | | 2.083 | 231.3.3.90.40.00.00.00.00.0.1.600 (0600) Serviços de Tecnologia da Informática. |

10.2. E dotações que vierem a substituir no exercício seguinte.

11. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

11.1. O pagamento será efetuado mensalmente e serão efetuados mediante crédito em conta corrente em nome da empresa em até 30 (trinta) dia da emissão da nota fiscal e relatório mensal do serviço realizado e mediante atesto da fatura pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", combinado com o art. 73, inciso II, alínea "b", da Lei nº 8.666/93 e alterações, acompanhada dos seguintes documentos:

11.1.1 Prova de Regularidade com a **Fazenda Federal** e a Seguridade Social – CND (**INSS**), mediante a Certidão Conjunta Negativa ou Positiva, com efeitos de negativa, de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

11.1.2 Prova de regularidade com a **Fazenda Municipal** (Certidão Negativa de Débitos, ou Positiva com efeito de Negativa de Tributos Municipais), emitido pelo órgão competente, da localidade de domicílio ou sede da empresa do proponente, na forma da Lei;

11.1.3 Prova de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (**FGTS**), mediante Certificado de Regularidade do **FGTS**;

11.1.4 A comprovação da **Regularidade Trabalhista** consistirá na apresentação de prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (**CNDT**) ou Certidão Positiva com efeitos de negativa, emitida pelo TST – Tribunal Superior do Trabalho.

12. CONSIDERAÇÕES FINAIS;

12.1. Para levantamento da necessidade na aquisição de software de gestão em saúde pública, foi levada em consideração a necessidade de total integração com os sistemas de saúde existente que são; BPA, PCE, e-SUS, SIGTAP, AIH, RAAS, SPNI, RNDS, TFD, concentrando os dados para que os profissionais de saúde possam ter todas as informações agregadas em uma única ferramenta que propicia muito nos atendimentos de paciente tanto na atenção primária à saúde quanto hospitalar, Ex; o paciente ao ser atendido no hospital o médico terá em tela o histórico do paciente tornando assim a integração de informações da APS e Hospital em uma única tela.

Porto Murtinho/MS, 14 de agosto de 2023.

Moacir Gomides Teixeira
Gerente de avaliação, controle e auditoria.
Decreto de nº 14.310/2023.

Édna Medina
Gerente de Apoio Administrativo e Operacional
Portaria nº 041/2023

ANEXO VIII
PROPOSTA DE PREÇO

| PROPOSTA DE PREÇOS | MODALIDADE PREGÃO | NÚMERO xx/2023 | PROCESSO LICITATÓRIO Nº xx/2023 | R | | |
|---|--|---------------------|---------------------------------|-------|----------------|-------|
| Proponente: Endereço: Cidade Estado: Telefone/Fax: E.mail: | | | | | | |
| Item | ESPECIFICAÇÃO | QTD. | UND. | MARCA | PREÇO Unitário | TOTAL |
| 01 | Conversão e Implantação (configuração de sistemas de gestão web/local) para gestão da saúde com módulos integrados em base única, com comodato de servidor de dados local para replicação das informações em nuvem. Incluso treinamento para os servidores de cada setor da Secretaria Municipal de Saúde. | 01 | Serv. | | | |
| 02 | Locação de software de Gestão de Saúde Pública no formato web e local simultaneamente, com módulos totalmente integrados em base única, incluso cessão de direito de uso. | 12 | mês | | | |
| VALOR GLOBAL: R\$.....(.....) | | | | | | |
| Estando de acordo com os termos do ato convocatório e com a legislação nele indicada, propomos os valores acima com validade da proposta de 60 dias. _____ - _____, _____ de 2023. CARIMBO E ASSINATURA | | CARIMBO CNPJ | | | | |

ANEXO IX
DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA E ATUAÇÃO CONFORME AO
MARCO LEGAL ANTICORRUPÇÃO

Eu, _____, portador do RG nº _____ e do CPF nº _____, representante legal da Empresa _____ (nome empresarial), interessado em participar do Pregão Presencial nº ____/____, **DECLARO**, sob as penas da Lei, especialmente o artigo 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- a) a proposta apresentada foi elaborada de maneira independente e o seu conteúdo não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado ou discutido com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;
- b) a intenção de apresentar a proposta não foi informada ou discutida com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;
- c) o licitante não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;
- d) o conteúdo da proposta apresentada não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório antes da adjudicação do objeto;
- e) o conteúdo da proposta apresentada não foi, no todo ou em parte, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante relacionado, direta ou indiretamente, ao órgão licitante antes da abertura oficial das propostas; e
- f) o representante legal do licitante está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

DECLARO, ainda, que a pessoa jurídica que represento conduz seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e a prática de quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, em atendimento à Lei Federal nº 12.846/ 2013 e ao Decreto Estadual nº 60.106/2014, tais como:

I – prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada;

II – comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos em Lei;

III – comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;

IV – no tocante a licitações e contratos:

- a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;
- b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;
- c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
- d) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;
- e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;
- f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou
- g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;

V – dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)

ANEXO X
MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Declaro, sob as penas da Lei nº 6.938/1981, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade Pregão Presencial nº ____/2023, instaurado pelo ,que atendemos aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente.

Estou ciente da obrigatoriedade da apresentação das declarações e certidões pertinentes dos órgãos competentes quando solicitadas como requisito para habilitação e da obrigatoriedade do cumprimento integral ao que estabelece o art. 6º e seus incisos, da Instrução Normativa nº 01, de 19/01/2010, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG e Decreto nº 7746 de 05/06/2012, que estabelece critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável.

Estou ciente da obrigatoriedade da apresentação do registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais caso minha empresa exerça uma das atividades constantes no Anexo II da Instrução Normativa nº 31, de 03/12/2009, do IBAMA.

Por ser a expressão da verdade, firmamos o presente.

Cidade/Estado, de de 2023.

Nome: _____

RG/CPF: _____

Cargo: _____

ANEXO XI
DECLARAÇÃO DE QUE CONHECE E ACEITA O TEOR DO EDITAL E DOS SEUS ANEXOS

(NOME DA EMPRESA), inscrita no CNPJ/MF nº _____, sediada à (endereço completo da empresa licitante), por intermédio de seu representante legal o(a) Srº(a) _____, portador(a) do Registro de Identidade (RG) sob nº _____ e inscrito no CPF/MF sob nº _____, DECLARA expressamente, sob as penas do art. 299 do Código Penal e demais legislações cabíveis, em atendimento às regras estabelecidas para o presente certame, que:

(1) Conhece, aceita e se submete a todas às condições estabelecidas no Edital e seus anexos, ressaltando-se o direito recursal, bem como, às disposições técnicas e oficiais, tendo recebido todos os documentos e informações necessárias para o cumprimento integral e pleno das obrigações assumidas, relativas à licitação.

(2) Se compromete, formalmente, para satisfazer a execução do objeto licitado, de acordo com os prazos, planejamentos e especificações que fazem parte integrante e complementar do Edital, pelo preço e condições constantes da proposta ofertada, assim como, disponibilidade técnico-operacional suficiente e satisfatória, a fim de assegurar à Administração o fiel cumprimento das obrigações a serem assumidas, caso venha a ser vencedora no presente certame, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente, caso fortuito ou força maior, sujeitando-se às penalidades cabíveis, na forma da Lei.

Cidade/Estado, _____ de _____ de 2023.

Nome e Ass. do Representante Legal da Empresa